

## Comissão deve votar relatório do Orçamento

José Maranhão, presidente da Comissão de Orçamento, agendou para esta semana dez reuniões a fim de analisar relatório final. Aprovado, o texto segue para o Plenário.

PÁGINA 3

## Senadores discutem novas regras para suplentes

PÁGINA 7

## cidadania

### Saiba o que mudou nas regras para a telefonia celular

A Agência Nacional de Telecomunicações acaba de alterar as normas que balizam a prestação do serviço pelas empresas de telefonia. Veja no *Especial Cidadania* como as mudanças afetam os usuários de celulares.

PÁGINA 16

## e mais...

AGENDA

Página 2

VOZ DO LEITOR

PERGUNTE AO SENADOR

AGORA É LEI

FOTO DA SEMANA

FRASES

Página 13

# Vetos, reforma tributária e CPI dominam a agenda

O presidente do Senado, Garibaldi Alves, reunirá nesta semana líderes partidários a fim de fixar uma agenda de trabalho para 2008. Entre os

temas mais urgentes, estão a análise de vetos presidenciais, o funcionamento da CPI dos Cartões e a nova proposta de reforma tributária.



Parlamentares reúnem-se com os presidentes da Câmara, Arlindo Chinaglia, e do Senado, Garibaldi Alves, para definir votação de vetos

PÁGINAS 2 A 5

## Plano de saúde pode ter que pagar remédios

PÁGINA 8

## Biodiversidade é alvo de anteprojeto do Executivo

PÁGINA 9



Jonas Pinheiro na Comissão de Infra-Estrutura: a partir de 1982, ele foi eleito deputado federal três vezes e senador, duas. Era casado e tinha dois filhos

## Sessão especial homenageia Jonas Pinheiro

O parlamentar por Mato Grosso, tido pelos colegas como uma pessoa simples e defensor dedicado do setor agropecuário, morreu na terça-feira passada, vítima de um infarto sofrido dias antes. Senado faz sessão especial em sua homenagem nesta quinta-feira.

PÁGINA 11



**GASTOS PÚBLICOS** José Maranhão marca dez reuniões para esta semana, como forma de evitar falta de quórum



José Maranhão (2º à esquerda), durante a frustrada reunião da CMO na semana passada: ausência dos parlamentares foi atribuída à insatisfação de diversas bancadas estaduais

## Convocação geral para votar Orçamento 2008

Disposta a cumprir o cronograma traçado no ano passado, a Comissão Mista de Orçamento (CMO) marcou dez reuniões para esta semana, quando pretende analisar e votar o relatório final do deputado José Pimentel (PT-CE) à proposta de lei orçamentária para 2008. As reuniões, convocadas pelo presidente da comissão, senador José Maranhão (PMDB-PB), ocorrerão de terça a sexta-feira. Uma vez aprovado na CMO, o texto passará pelo crivo do Plenário do Congresso.

A convocação ocorreu depois de duas tentativas frustradas de obter quórum, na quinta-feira passada. Nos dois casos, parlamentares da oposição ameaçaram pedir verificação de presença, exigindo o cumprimento de prazos regimentais para a tramitação do projeto. O relatório tem quatro volumes e 1.500 páginas.

– Temos algumas bancadas estaduais insatisfeitas, achando que não foram contempladas pelo

relator-geral na distribuição de recursos do Orçamento. Enquanto houver bancada insatisfeita, isso pode acontecer. Sem acordo, a votação não termina nem em março – alertou o deputado Walter Pinheiro (PT-BA), coordenador da bancada da Bahia na comissão.

O relator José Pimentel redistribuiu, na semana passada, R\$ 1,6 bilhão entre as 27 bancadas estaduais, recursos oriundos das reestimativas das receitas federais para 2008, feitas pelo Congresso. Mas os parlamentares reclamaram que a comissão não havia publicado uma errata com a divisão dos recursos. Queixaram-se ainda do fato de Pimentel não ter informado oficialmente a resolução das pendências orçamentárias com o Poder Judiciário.

Ao anunciar cortes de recursos no projeto do Orçamento, Pimentel disse que o Judiciário e o Ministério Público não estavam aceitando um corte de 20% nas

verbas de custeio, como foi feito com a maioria dos ministérios. O Judiciário reivindicava corte de apenas 10%, a exemplo do que foi concedido às Forças Armadas. Na quinta-feira, o relator-geral informou à imprensa que a pretensão do Judiciário deveria ser atendida. Com isso, o corte orçamentário neste Poder deverá cair de R\$ 740 milhões para cerca de R\$ 520 milhões.

– O problema é que, ao cortar menos de um lado, tenho de aumentar o corte de outro lado. Isso não é fácil de fazer. Ninguém quer perder um centavo do Orçamento – comentou.

Os cortes orçamentários foram feitos porque a União deixará de arrecadar os R\$ 39,3 bilhões da CPMF, cuja prorrogação foi derrubada pelos senadores em dezembro passado.

O “buraco” deixado pela CPMF será coberto por reestimativas de receitas, pelo aumento determinado pelo governo no IOF e na CSLL cobrados do sistema financeiro e pelo corte de R\$ 12,4 bilhões em custeio, investimento e pessoal dos três Poderes.

## Saúde, educação e segurança foram poupadas

O relator-geral do Orçamento, deputado José Pimentel, entregou na semana passada o relatório final em que define um corte de R\$ 12,4 bilhões nos gastos públicos em relação à previsão inicial encaminhada pelo governo em 2007.

O maior corte (R\$ 1,8 bilhão) atingiu os recursos destinados aos concursos públicos, reduzidos em 50%. Já as verbas para reajustes salariais foram mantidas quase intocadas, com um corte de apenas 11,1%. A economia com pessoal este ano alcançará R\$ 3,6 bilhões.

Pimentel decidiu ainda cortar em 20% todos os gastos de custeio e investimento do governo, exceto para as áreas de saúde, educação e segurança pública, que não terão

cortes. Os ministérios da Defesa e do Desenvolvimento Social e Combate à Fome sofrerão cortes de 10% cada um. Caberá aos ministros decidirem onde serão feitos os ajustes.

O deputado disse ainda que “não devem ter ocorrido” cortes em obras do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), mas apenas remanejamentos por meio das emendas que os parlamentares fizeram ao Orçamento.

No caso das obras, ele faz uma distinção. Só foram cortadas em 20% as obras novas, enquanto aquelas que tinham começado no ano passado sofrerão uma redução de 10%. Os cortes abrangem o Executivo, o Legislativo e o Ministério Público da União.

O aperto afeta especialmente o Executivo, sendo que o maior impacto ocorrerá no custeio da máquina pública. Dos cortes gerais de R\$ 12,4 bilhões, a parte do Executivo deverá ficar entre R\$ 11,4 bilhões e R\$ 11,5 bilhões, dependendo da negociação com o Judiciário. Já o corte no Legislativo soma R\$ 310 milhões.

No final, os cortes de custeio chegarão a R\$ 6,8 bilhões, enquanto a economia com pessoal alcançará R\$ 3,6 bilhões. A redução em investimentos será de R\$ 2 bilhões.

O relator não mexeu nas emendas individuais apresentadas pelos deputados e senadores, que somam quase R\$ 4,8 bilhões. As emendas coletivas (que beneficiam projetos nos estados) ficaram em R\$ 10,6 bilhões; antes do ajuste, elas representavam R\$ 24,2 bilhões.

## Parlamentares deverão analisar parecer sobre obras irregulares

Antes da votação do relatório final do Orçamento 2008, prevista para esta semana, os integrantes da Comissão Mista de Orçamento deverão discutir e votar o parecer do Comitê de Avaliação das Informações sobre Obras e Serviços com Indícios de Irregularidades Graves. O texto apontou problemas em projetos tocados com verbas federais em 21 estados. Eles só poderão voltar a receber dinheiro se forem resolvidas as irregularidades apontadas, que vão desde superfaturamento até a entrega da obra fora dos padrões.

Para compor a lista, o comitê trabalhou com base em relatórios produzidos pelo Tribunal de Contas da União (TCU), que fiscalizou este ano 231 obras e encontrou problemas em 178 delas. Desse to-

tal, o TCU recomendou o bloqueio dos recursos destinados a 77 obras com irregularidades consideradas graves – mas esse número caiu quase pela metade depois de re-exame no comitê da CMO.

Pelo menos 20 projetos estão na lista de obras irregulares desde o exercício de 2005. Nessa relação, constam serviços de expansão do sistema de trens urbanos de Teresina e de construção de três unidades hospitalares em Natal. A lista inclui também diversos trechos de obras em estradas federais e serviços em portos. Ainda à espera de deliberação final do TCU, estão três contratos referentes à implantação da Usina Hidrelétrica Simplício, na fronteira entre os estados de Minas Gerais e Rio de Janeiro.

## Reforma tributária chega nesta semana, e sem recriar a CPMF

O líder do governo na Câmara, deputado Henrique Fontana (PT-RS), anunciou que o governo federal enviará o projeto de reforma tributária ao Congresso Nacional até o fim desta semana. O deputado deu a informação depois de participar, na semana passada, da apresentação do anteprojeto da reforma feita pelo ministro da Fazenda, Guido Mantega, ao Conselho Político, em reunião no Palácio do Planalto.

O deputado afirmou que o governo não vai propor o retorno da CPMF. No entanto, Fontana, que é médico, integrante da Frente Parlamentar da Saúde e ex-secretário municipal de Saúde, disse que vai pessoalmente trabalhar para aprovar uma nova contribuição sobre movimentação financeira, com alíquota de 0,2%, para aumentar o aporte de recursos para o setor. O novo tributo, na avaliação do parlamentar, poderia arrecadar entre R\$ 15 bilhões e R\$ 20 bilhões.

O líder apontou como principais objetivos do projeto o fim da guerra fiscal, a garantia do desenvolvi-

mento regional e a desoneração das folhas de pagamentos das empresas, para facilitar a contratação de mão-de-obra com carteira assinada.

De acordo com Fontana, para dar fim à guerra fiscal e simplificar a arrecadação, serão criados dois impostos únicos: um Imposto sobre Valor Agregado (IVA) federal e outro estadual. Eles substituirão os tributos que hoje incidem sobre a produção, como PIS, Cofins, Cide e ICMS. (Com Agência Câmara)



O ministro Guido Mantega, da Fazenda, apresentou projeto ao Conselho Político do governo

**Várias bancadas estaduais estão insatisfeitas com as verbas orçamentárias**

**Aperto maior será sobre o custeio da máquina pública federal**

## INVESTIGAÇÕES



Deputado Carlos Sampaio, Arthur Virgílio e Garibaldi discutem criação da CPI: prazos estão correndo

## CPI dos Cartões deve começar quinta-feira

Criada na última quinta-feira, quando o presidente do Senado, Garibaldi Alves, leu em sessão do Congresso o requerimento solicitando a sua instalação, a comissão parlamentar mista de inquérito (CPMI) que investigará o uso irregular de cartões corporativos do governo federal deve realizar nesta quinta-feira sua primeira reunião.

De acordo com as normas do processo legislativo, após ser lido no Plenário, o documento – apresentado pelo deputado Carlos Sampaio (PSDB-SP) – é publicado. A partir daí, é calculada a proporcionalidade para distribuição das vagas na CPI de acordo com o número de senadores e deputados que cada partido possui. A comissão durará 90 dias, prorrogáveis, e será composta por 24 membros – 12 deputados federais e 12 senadores.

A presidência envia, então, ofícios para que os líderes indiquem os parlamentares que integrarão a comissão. Indicados pelas lideranças, esses parlamentares são então designados pelo presidente para compor a CPI. A partir daí, cabe a eles a instalação da CPI.

Garibaldi Alves já declarou que



Jucá alega que há resistência de líderes do governo na Câmara em conceder cargos à oposição

aguardará as indicações dos líderes, mas se elas não forem feitas, ele próprio fará as nomeações.

A primeira reunião da comissão será presidida pelo parlamentar presente mais idoso, que coordena a eleição do presidente da CPI. Uma vez eleito, o presidente assume a direção dos trabalhos e designa o relator.

### Impasse sobre presidência continua

Continua a disputa entre opo-

sição e governo pelos cargos de direção da CPI. A base do governo já indicou o senador Neuto de Conto (PMDB-SC) para a presidência e o deputado Luiz Sérgio (PT-RJ) para a relatoria. Mas a oposição pretende obter a presidência e ameaça com uma CPI apenas no Senado, caso não prosperem as negociações com o governo.

Na última sexta-feira o líder do governo no Senado, Romero Jucá (PMDB-RR), defendeu que um parlamentar da oposição na presidência da CPI afastaria insinuações de que o governo não quer as investigações.

– Fazer duas CPIs sobre o mesmo assunto é um esforço desnecessário e uma redundância – disse, mas

reconheceu que há resistências por parte dos líderes governistas na Câmara. Eles não querem abrir mão do que estabelece o regimento, segundo o qual caberia à maior bancada de cada Casa a indicação à presidência e relatoria da CPI.

O líder do PSDB no Senado, Arthur Virgílio (AM), continua com esperança de conseguir a presidência.

– A investigação tem de ser feita de qualquer forma.

## Para presidente, duas CPIs seriam uma “inconveniência”

Garibaldi Alves considera “uma inconveniência” a instalação de uma CPI no Senado para apurar denúncias de irregularidades no uso de cartões corporativos pelo Executivo, já que uma comissão mista de deputados e senadores com a mesma finalidade foi aprovada na quinta-feira passada.

– Não vai poder funcionar, não tem lógica. Como é que vão funcionar duas CPIs? Acho muito difícil a compatibilização – afirmou Garibaldi, destacando que deve haver um acordo entre governo e oposição nesse sentido.

Garibaldi informou que a leitura do requerimento de criação da CPI apenas do Senado deverá ser feita nesta semana. Ele disse acreditar que a própria oposição

deseja apenas uma investigação sobre o caso.

– Já estamos roucos de dizer que essa é uma investigação que poderá se tornar inócua, inútil, que vai sofrer muitos questionamentos, porque não há como compatibilizar as duas CPIs. O próprio Senado não terá condições de ter membros numa CPI e noutra – advertiu.

Na sessão do Senado de quinta-feira, os líderes do PSDB, Arthur Virgílio (AM), e do DEM, José Agripino (RN), questionaram a Mesa sobre o assunto.

O senador Alvaro Dias (PSDB-PR), que presidia a sessão naquele momento, informou que a questão seria tratada na reunião de líderes partidários, nesta terça.

## Garibaldi indicará membros se lideranças não o fizerem

O presidente do Senado, Garibaldi Alves, disse que aguardará que os líderes partidários indiquem os integrantes da CPI Mista dos Cartões Corporativos no prazo regimental (cinco dias, a contar da sexta-feira passada). Caso não o façam, ele obedecerá o Regimento Interno e fará as indicações.

– Os líderes vão indicar. Se não indicarem, nós indicaremos – afirmou o senador em entrevista coletiva à imprensa.

Quanto à possibilidade de ser instalada uma CPI exclusiva no Senado, Garibaldi disse não concordar com a iniciativa.

– Eu acho que a oposição está fazendo isso para pressionar o governo, porque não há possibilidade de se ter aqui duas CPIs – frisou.

Sobre a reforma tributária, que o Poder Executivo deve encaminhar ao Congresso até o final desta semana, Garibaldi considera que o assunto deverá ser foco do debate legislativo de 2008.

– Creio que o Legislativo tem que discutir os assuntos da CPI, reforma tributária e todos os assuntos de sua pauta. Não acredito que a CPI vá paralisar o Congresso, nem o Senado, nem a Câmara – ressaltou.

Garibaldi também afirmou des-



José Agripino, líder do DEM, reivindica cargo para oposição no comando da CPI dos Cartões

conhecer negociações para que o líder do governo no Senado, Romero Jucá (PMDB-RR), indique a senadora Marisa Serrano (PSDB-MS) para o lugar de Neuto de Conto (PMDB-SC) na presidência da CPI Mista dos Cartões Corporativos.

– Certamente Jucá está vendo que isso pode levar a um consenso. Mas eu desconheço – comentou.

Já a medida provisória que cria a TV Brasil (MP 398/07), cuja votação está prestes a ser concluída na Câmara dos Deputados e enviada ao Senado, Garibaldi anunciou que pretende uma tramitação em ritmo acelerado.

## CPI das ONGs examinará compra de móveis de luxo pela Finatec

Dois requerimentos do senador Alvaro Dias (PSDB-PR) serão votados pela Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) das Organizações Não-Governamentais (ONGs) na reunião marcada para esta quarta-feira. O senador pede investigação sobre os gastos de R\$ 470 mil da Fundação de Empreendimentos Científicos e Tecnológicos (Finatec) no pagamento da decoração com artigos de luxo para o apartamento funcional do reitor da Universidade de Brasília (UnB), Timothy Mulholland.

A afirmação é do presidente

da CPI, senador Raimundo Colombo (DEM-SC). Segundo o parlamentar, a lista com o teor de todos os requerimentos ainda estava sendo fechada (o que deveria ocorrer até o final da sexta-feira passada), mas ele confirmou que também já estão incluídos pedidos para a abertura das contas de várias fundações vinculadas às principais universidades brasileiras, que teriam recebido somas milionárias nos últimos anos.

Um dos requerimentos de Alvaro Dias solicita o encaminhamento à CPI de todas as

ações e investigações movidas pelo Ministério Público do Distrito Federal e dos Territórios (MPDFT) contra a Finatec, cujos recursos deveriam ser destinados à pesquisa científica e tecnológica. No outro requerimento, o senador pelo Paraná solicita a convocação do reitor da UnB para prestar esclarecimentos sobre os gastos. O afastamento definitivo do reitor é defendido por Alvaro Dias.

– Se há confissão e réu confesso, não vejo por que não afastá-lo já do cargo, sem prejuízo da responsabilização civil e penal

pela Justiça – afirmou Alvaro Dias, referindo-se a entrevistas que Timothy concedeu à imprensa, justificando a necessidade dos gastos.

O senador classificou como “absurda a transformação de um apartamento em paraíso”, com recursos que deveriam ser utilizados em pesquisa científica e tecnológica. Pressionado pelas denúncias, o reitor decidiu desocupar o apartamento funcional, que fica em uma das quadras mais novas do Plano Piloto de Brasília e tem mais de 200 metros quadrados de área privativa.



Alvaro Dias é autor dos requerimentos e defende o afastamento do reitor da UnB

**CONGRESSO** Senado e Câmara reúnem-se para analisar 141 projetos rejeitados - total ou parcialmente - pelo Executivo

## Matéria vetada deve deixar de obstruir as votações

A Comissão de Constituição e Justiça aprovou mais uma medida para agilizar o processo legislativo e acelerar a apreciação de vetos presidenciais. A Proposta de Emenda à Constituição 57/05 foi aprovada com emenda determinando que, esgotado o prazo de 30 dias para apreciação dos vetos, separadamente, pelos plenários do Senado e da Câmara, a matéria será inserida na ordem do dia da sessão seguinte. Mas não trancará a pauta, como ocorre atualmente. A PEC ainda deverá ser analisada pelo Plenário.

A proposta, de autoria do senador Marco Maciel (DEM-PE), visa permitir que os vetos sejam apreciados em separado

pelas duas Casas, e não mais em sessão conjunta do Congresso. O texto já havia sido aprovado pela CCJ em junho de 2006. Mas, ao ser lido em Plenário na última terça-feira, o próprio Maciel solicitou o reexame da matéria pela comissão. O motivo é que o parágrafo 6º do artigo 66 da Constituição, que não era alterado pela PEC, permitia o adiamento das demais proposições até a votação final do veto, obstruindo a pauta da Casa em que estivesse tramitando a matéria.

Ainda de acordo com a proposta, os vetos enviados ao Congresso antes da promulgação da PEC continuarão sendo analisados em sessão conjunta das duas Casas.



Chinaglia e Garibaldi (ao fundo) definem, com líderes partidários, estratégia para análise de vetos

# Congresso examina vetos nesta quarta

Por causa da morte do senador Jonas Pinheiro, ocorrida na terça-feira passada, o presidente do Senado, Garibaldi Alves, adiou para as 11h desta quarta-feira, no Plenário na Câmara, a sessão conjunta do Congresso - que estava marcada para quarta-feira passada - destinada à votação de vetos do Poder Executivo a proposições parlamentares, incluindo projetos de lei e projetos de lei de conversão oriundos de medidas provisórias. São 141 matérias, totalizando 885 partes vetadas.

Entre as proposições, inclui-se o projeto de lei, vetado integralmente pelo Executivo por inconstitucionalidade, que transferia do Ministério do Trabalho para a Federação Nacional dos Jornalistas (Fenaj) a atribuição de realizar o registro prévio para o exercício da profissão de jornalista (PLC 3.152/97).

Ao vetar o projeto, o Executi-

vo alegou que, caso a proposta fosse transformada em lei, a Fenaj poderia configurar-se em um "instrumento de coerção" para obrigar os profissionais da imprensa a se filiarem a ela.

Também consta da pauta o veto ao artigo 4º do PLC 78/02, que dava competência ao Conselho Federal de Medicina Veterinária para organizar e instalar o respectivo conselho regional no Distrito Federal. Para o Executivo, o órgão só poderia ser criado tendo por base uma modificação legislativa cujo processo parlamentar tivesse sido deflagrado por iniciativa presidencial, o que não ocorreu.

O Plenário do Congresso deve analisar ainda o veto ao Projeto de Lei de Conversão 60/04, oriundo da MP 214/04, que dava competência ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, ao Banco do Brasil, ao Banco do Nordeste e ao Banco da Amazônia para criar linhas de cré-

ditos específicas para o cultivo de oleaginosas destinadas à fabricação de biodiesel. De acordo com o Executivo, tal competência é do presidente da República, caracterizando, dessa forma, invasão de competência.

Vetos ao projeto de lei (PLS 115/02) que instituiu o Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas (Sisnad) também estão entre as matérias que deverão ser analisadas na sessão conjunta do Congresso. O projeto prescreve medidas para prevenção do uso de drogas e para a atenção e a reinserção social de dependentes de drogas. Estabelece ainda normas para repressão à produção não autorizada e ao tráfico ilícito de drogas e define crimes.

Como justificativa aos vetos, o Poder Executivo argumenta que essas prerrogativas são de sua competência privativa, que deve se dar por meio de decreto, e não por projeto de lei.

## Uma herança romana

A palavra *veto* vem do latim, e significava "eu proíbo". Segundo o dicionário Aurélio, é o direito do chefe de Estado de recusar sanção a uma lei votada pelo Legislativo. A origem histórica do veto, por sinal, remonta aos tempos do Senado da Roma antiga. Na República romana, a autoridade era repartida entre os cônsules, o Senado e o povo.

Efetivos governantes, os dois

cônsules tomavam decisões executivas e controlavam as leis e os negócios públicos (inclusive as guerras). O Senado cuidava do orçamento, da administração pública (obras, em especial) e da política externa. Já o povo - por meio dos tribunos da plebe - podia vetar as ordens dos cônsules e não só as deliberações do Senado, mas a sua própria reunião.

REPRODUÇÃO



O Senado do antigo Império romano: instituição era responsável pelas obras públicas e pela política externa

## No Brasil, é mais fácil derrubar

As Constituições de Brasil, Estados Unidos e Argentina - todos com congressos bicamerais - tratam dos vetos, mas aqui a decisão é por voto secreto e maioria absoluta. Nos outros países, declara-se o voto de viva voz, no Plenário, e só dois terços de cada Casa derrubam um veto presidencial.



Brasil

Pelo artigo 66 da Constituição, o presidente da República pode vetar leis propostas pelo Legislativo, no todo ou em parte (artigo, parágrafo, inciso ou alínea). Ele tem 15 dias úteis para fazê-lo, do contrário "seu silêncio importará sanção" da lei. Deve apresentar as razões para o veto.

O Congresso tem o direito de rever um veto do presidente. Para ser rejeitado, precisa dos votos da maioria absoluta (metade mais um) dos membros de cada uma das Casas (41 dos 81 senadores e 257 dos 513 deputados), em votação secreta, em sessão conjunta do Congresso Nacional.

Findo o prazo de 30 dias que o Congresso tem para apreciá-lo, a exemplo das medidas provisórias, o veto trancaria a pauta do Congresso até sua votação final, com exceção das matérias consideradas relevantes ou urgentes. Como são poucas as reuniões conjuntas da Câmara e do Senado, essa prática não tem sido cumprida.



EUA

A palavra *veto* não figura na Constituição norte-americana, mas o artigo I, seção 7, define que qualquer lei aprovada pelo Congresso deve ser submetida ao presidente.

Ele dispõe de dez dias corridos (excluídos os domingos) para sancionar a lei ou então devolver a proposta à Casa do Congresso que a originou.

A Constituição obriga o presidente a, por escrito, enviar ao Congresso suas razões para não sancionar a lei. O Parlamento deve então reapreciar o projeto. O presidente pode, ainda, simplesmente não se manifestar. Nesse caso, a lei entra em vigor.

O veto presidencial (que jamais poderá ser parcial) será derrubado por maioria de dois terços em cada Casa (290 de 435 na Câmara e 67 de 100 no Senado), em votação aberta e nominal. Nesse caso, a lei entra em vigor sem a chancela do chefe do Executivo.

A proposição, também no caso de rejeição do veto, pode ainda virar lei se for reapresentada para análise do presidente e ele então decidir sancioná-la.



Argentina

Pelo artigo 80 da Constituição argentina, tornar-se-á lei todo projeto que não for devolvido ao Congresso Nacional pelo presidente da República ao final do prazo de dez dias úteis.

Os projetos vetados parcialmente não poderão ter suas partes restantes promulgadas, a não ser que tenham autonomia normativa e sua aprovação parcial não altere o espírito nem a unidade do texto aprovado pelo Congresso.

Já o artigo 83 define que, vetado no todo ou em parte, o projeto deve ser devolvido pelo Executivo com suas razões à Casa de origem e em seguida à outra Casa.

O veto será derrubado se for rejeitado por dois terços dos 257 deputados (172) e dos 72 senadores (48), em votação aberta e nominal.

Nessa situação, a lei retorna ao Executivo para a promulgação, aí já sem possibilidade de veto.

## Tirando a poeira

Alguns vetos aguardam deliberação do Congresso Nacional desde a década passada:

- ✓ Um veto do ex-presidente Itamar Franco (1992-94).
- ✓ 28 vetos do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso (1995-2002).
- ✓ Um veto, de 1994, incide sobre lei que regulamenta a profissão de desenhista. Outro, de 1995, é sobre a política nacional de saneamento.

São raras as sessões do Congresso Nacional para votar vetos presidenciais:

- ✓ Desde 1994, apenas em duas ocasiões os vetos foram apreciados pelos parlamentares.
- ✓ FHC vetou integralmente 61 leis e 143 artigos de lei. Porém, apenas dois desses vetos foram derrubados.
- ✓ Agosto de 2005 foi a última vez em que o Congresso Nacional derrubou um veto presidencial - de Lula, contra aumento salarial para os servidores do Legislativo.

## PLENÁRIO

# Maior controle no repasse de verbas

As prefeituras municipais poderão ser obrigadas a divulgar amplamente o recebimento de recursos provenientes de convênios celebrados com a administração pública federal. É o que determina projeto de lei da Câmara aprovado pelo Plenário do Senado, cujo objetivo é dar mais transparência aos repasses de verbas públicas. Como sofreu alterações no Senado, a matéria volta à Câmara.

De acordo com a proposta (PLC 5/05), o governo municipal deverá veicular avisos sobre os recursos recebidos nos mesmos meios de comunicação utilizados para a publicação de seus atos oficiais.



Plenário aprova projeto que obriga prefeituras a divulgarem amplamente todos os recursos federais que recebem por convênios

## Notificação será feita às câmaras de vereadores

A obrigatoriedade está prevista em parágrafo adicionado à Lei 9.452/97 – que determina aos órgãos federais notificarem as câmaras de vereadores em até dois dias sobre a liberação do dinheiro e obriga as prefeituras a informarem aos partidos políticos, aos sindicatos de trabalhadores e às entidades empresariais sobre o recurso recebido.

Emendas do Senado prevêem que, recebida a notificação, o presidente da câmara municipal comunique o fato aos demais vereadores, fixe uma cópia em quadro público de avisos e represente os órgãos de controle externo e o Ministério Público em caso de descumprimento das regras estabelecidas nessa proposta.

## Projeto define eleições para as cooperativas

Novas regras para o funcionamento da administração e do conselho fiscal das sociedades cooperativas foram aprovadas pelo Plenário na terça-feira passada, por meio de substitutivo de autoria do deputado licenciado Alberto Fraga a projeto de lei da Câmara (PLC 6/03).

O texto do relator no Senado, Jonas Pinheiro (DEM-MT), que faleceu naquela terça-feira, estipula mandato de dois anos e a renovação de dois terços dos componentes do conselho a cada eleição. O relatório aguarda a redação do vencido, que será votada em turno suplementar no Plenário, para que possam ser apresentadas emendas ao novo texto.

O relator original do projeto na Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA), senador Pedro Simon (PMDB-RS), apresentou voto pela aprovação da matéria como ela veio da Câmara, mas o texto de Jonas acabou vencendo na comissão (no jargão legislativo, "voto do vencido").

## Cinco vice-líderes do governo no Congresso

O número de vice-líderes do governo no Poder Legislativo foi ampliado de três para cinco, de acordo com projeto de resolução da líder do governo no Congresso, senadora Roseana Sarney (PMDB-MA), aprovado na sessão conjunta do Congresso Nacional da quinta-feira da semana passada.

Segundo o relator da proposta, deputado Inocêncio Oliveira (PR-PE), "se o Congresso Nacional compõe-se de 81 senadores e 513 deputados, nada mais justo do que ampliar de três para cinco o número de vice-líderes. Isso não aumenta despesa nem cria qualquer cargo, sendo, portanto, uma medida altamente salutar, que vem fortalecer os debates no Congresso".

## Leasing de veículos com regras novas

As empresas de *leasing* devem entregar, em no máximo 30 dias, o Documento Único de Transferência do Veículo (DUT), a nota promissória do contrato de arrendamento e o termo de quitação da dívida a todos os compradores que quitarem a dívida. É o que determina projeto aprovado pelo Plenário e enviado à sanção presidencial.

Quem não cumprir o prazo deverá pagar multa, conforme estabelece ainda a proposta (PLC 7/03). Pelo texto, cabe ao banco ou financeira receber do arrendatário o comprovante de pagamento do IPVA, do seguro obrigatório e de eventuais multas.

Relator da matéria na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), Arthur Virgílio (PSDB-AM) sustentou que essas regras são necessárias, dado o elevado número de reclamações e queixas dos clientes das empresas de *leasing*.

## COMISSÕES

## Aprovado nome de Kátia Magalhães para o TST

A indicação presidencial da juíza Kátia Magalhães Arruda para ocupar o cargo de ministro do Tribunal Superior do Trabalho (TST), na vaga do ministro Gelson de Azevedo, foi aprovada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) e será examinada pelo Plenário ainda nesta semana. A indicada é juíza do Tribunal Regional do Trabalho da 16ª Região, do Maranhão.

O relator Tasso Jereissati (PSDB-CE), em seu parecer, destaca que Kátia será a primeira mulher

nordestina a ocupar um cargo de ministra do TST.

A juíza afirmou aos senadores que conduz sua atuação profissional em três frentes: celeridade no acesso à Justiça, melhoria na qualidade e nos serviços prestados ao cidadão e responsabilidade social.

– O servidor público tem o dever de servir a sociedade e é nesse papel que me coloco, procurando agir na defesa dos direitos do trabalho e da dignidade da pessoa humana.

## Faixa de fronteira pode ser reduzida em quatro estados

A largura da faixa de fronteira dos estados brasileiros limítrofes com outros países, desde Mato Grosso do Sul até o Rio Grande do Sul, pode ser reduzida dos atuais 150 quilômetros para 50 quilômetros. A proposta de emenda constitucional do senador Sérgio Zambiasi (PTB-RS) recebeu a aprovação da CCJ e segue ao exame do Plenário.

Na proposta original (PEC 49/06), Zambiasi também propunha a redução da faixa na região amazônica, mas o relator Epitácio Cafeteira (PTB-MA),

por emenda, manteve os atuais 150 quilômetros naquela área. Segundo Cafeteira, a manutenção se justifica, já que o Centro-Norte possui baixo povoamento nas fronteiras, relativa ausência do Estado e recursos naturais cobijados no exterior.

Sérgio Zambiasi argumentou que a manutenção dos atuais 150 quilômetros de faixa de fronteira "está em descompasso" com a realidade internacional, "indo de encontro à integração regional e à construção de blocos econômicos".

## Federação, saída para pequenos partidos

Os partidos políticos que não atingirem o patamar de 5% dos votos válidos nas eleições para a Câmara dos Deputados – a cláusula de barreira – poderão se organizar em federação partidária. No entanto, a federação deverá vigorar durante toda a legislatura (período de quatro anos). A última determinação consta de emenda de Plenário apresentada por Antônio Carlos Valadares (PSB-SE) à proposta de emenda à Constituição (PEC 2/07) que prevê a constituição de federações de pequenos partidos. A PEC é do senador Marco Maciel (DEM-PE). A CCJ aprovou em parte a emenda de Valadares, pela qual a federação deverá ser registrada, até a diplomação dos eleitos, perante o Tribunal Superior Eleitoral. A PEC, que modifica as regras constitucionais que tratam do desempenho eleitoral dos partidos, será votada novamente pelo Plenário do Senado.

## Posses no Executivo podem mudar para 2 de janeiro

A posse do presidente da República, dos governadores e dos prefeitos poderá passar a ser no dia 2 de janeiro, e não mais no dia 1º. A proposta de emenda à Constituição (PEC 51/06), encabeçada pelo senador Marco Maciel (DEM-PE), foi aprovada pela CCJ e será agora votada em Plenário. O objetivo é acabar com a dificuldade no comparecimento de autoridades nacionais e internacionais à posse, devido à proximidade com as festividades de final de ano. O projeto original alterava a data para 3 de janeiro, mas os senadores argumentaram que não fazia sentido um intervalo de um dia útil após o feriado nacional do dia 1º para que a posse se desse apenas no dia 3. Com base na proposta, que foi relatada pelo senador Arthur Virgílio (PSDB-AM), a emenda entrará em vigor apenas a partir das eleições para prefeito e vice-prefeito de 2012; e, a partir de 2014, para presidente da República e governador.

**MEIRELLES NA CAE** - O presidente do Banco Central, Henrique Meirelles, detalhará pessoalmente a programação monetária para o 1º trimestre deste ano à Comissão de Assuntos Econômicos (CAE). A presença de Meirelles, em data a ser marcada, resultou de acordo entre o presidente da CAE, Aloizio Mercadante (PT-SP), e o banco, condicionando a aprovação da matéria ao comparecimento do presidente do BC para tirar dúvidas dos senadores sobre o tema. Na semana passada, inclusive, a CAE aprovou a programação para o quarto trimestre de 2007.

**EMPRÉSTIMOS** - Duas operações de crédito externo foram autorizadas pela CAE, e posteriormente pelo Plenário: uma trata de empréstimo do Banco Mundial (Bird) ao estado do Rio de Janeiro, no valor de até US\$ 44 milhões, para financiamento parcial do Programa Estadual de Transportes. O estado terá 15 anos para pagar o empréstimo. O outro empréstimo, de até US\$ 10 milhões, para o estado de São Paulo, destina recursos do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) para fortalecimento de arranjos produtivos locais, com ênfase nas micro e pequenas empresas.

COMISSÕES São sete propostas de emenda à Constituição, entre elas a que prevê nova eleição em caso de vacância

# Novas regras para escolha de suplentes

## O que diziam as Constituições

A história da suplência é longa no Direito brasileiro. Já tinham suplentes os deputados às Cortes Portuguesas de 1821, assim como os membros da própria Constituição brasileira do ano de 1823.

Pela Carta de 1824, os senadores tinham mandato vitalício. Com a República, os senadores passaram a ser eleitos. Confira como cada Constituição republicana abordou a questão.

### 1891

A primeira Carta Magna republicana definia que o Senado teria três cadeiras por estado, eleitas - como os deputados, pelo voto proporcional - para mandatos de nove anos. O artigo 31 explicitava que um senador eleito em substituição a outro deveria exercer apenas o tempo restante do mandato interrompido pelo titular.

### 1934

A Constituição acusada de excesso de liberalismo que teria levado ao golpe de três anos mais tarde definiu que o Senado teria dois representantes por estado, com mandatos de oito anos, mas não faz referência à eventual vacância dos cargos.

### 1937

Em uma Constituição outorgada depois de um golpe de Estado, que implantou o estado de emergência e falava em "estado de apreensão criado no país pela infiltração comunista", o Senado só é citado uma única vez, para informar, no artigo 178, que tanto ele quanto a Câmara dos Deputados, as assembleias legislativas e as câmaras municipais estavam dissolvidos.

### 1946

Três senadores por estado, mandatos de oito anos, eleição majoritária. O formato estabelecido pela Constituição redemocratizadora do país é o mesmo do atualmente em vigor. Cada senador era eleito com um respectivo suplente, que exerceria o mandato até o seu encerramento no caso do titular ser chamado para exercer funções executivas (ministro, por exemplo). Não havendo suplente, caberia ao Tribunal Superior Eleitoral providenciar eleições, salvo se faltassem menos de nove meses para o fim do período.

### 1967

A Constituição promulgada no regime militar do golpe de 1964 manteve as regras em vigor desde o pós-guerra.

### 1988

Cada candidato ao Senado registra sua candidatura com dois suplentes, que podem assumir o cargo de forma provisória ou definitiva em caso de afastamento, morte ou renúncia do titular.

## Como funciona em outros países

### Nos EUA

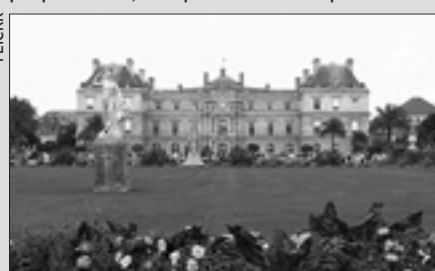
Cada um dos 50 estados norte-americanos é representado por dois senadores, com mandatos de seis anos. Também se renova um terço da composição a cada dois anos. Em geral, vence o que obtiver maioria simples (com raros casos de segundo turno entre os dois mais bem votados). Uma vez eleito, o senador deve cumprir o mandato até o seu final, salvo em caso de morte ou renúncia. Não existem suplentes. Se o cargo vier a ficar vago, a 17ª emenda da Constituição definiu que se realizarão eleições especiais para o cumprimento do restante do mandato, coincidentemente com o próximo pleito geral. Até lá, para o estado não ficar com um representante a menos, compete ao governador indicar um ocupante temporário para a cadeira, pendente de referendo pela assembleia legislativa.

### Na França

É um caso especial, pois lá os senadores são eleitos pela via indireta, graças aos votos de 150 mil representantes das províncias, entre eles prefeitos, vereadores e deputados estaduais. Em 2004, uma reforma política ampliou para 346 as cadeiras no Senado em 2010. Em compensação, o mandato foi reduzido de nove para seis anos. A renovação de metade do Senado se dá a cada três anos, também pelo novo formato. A forma de eleição é dividida: representação proporcional, nas províncias e departamentos ultramarinos maiores;

majoritária em dois turnos, nas regiões com menos eleitores.

A ocupação de mandatos declarados vagos, por morte ou renúncia, é decidida por ato institucional da própria Assembleia Nacional.



### Na Argentina

São três senadores por província e mais três para a cidade de Buenos Aires, com mandatos de seis anos. Há uma renovação de um terço da bancada a cada dois anos. O eleitor vota em uma lista oficial com dois candidatos titulares e dois suplentes. Elegem-se os dois titulares da lista do partido ou aliança que obtiver a maioria dos votos e o primeiro da lista seguinte em número de votos. O segundo titular desta última lista será o primeiro suplente do senador eleito por ela. Os demais suplentes sucederão aos titulares de seus partidos caso necessário.

Sete propostas de emenda à Constituição (PECs) que alteram as regras para substituição de senador titular por suplente serão analisadas nesta semana pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ). As PECs tramitam em conjunto e têm na relatoria o senador Demostenes Torres (DEM-GO).

A mais antiga é a PEC 11/03, do senador Sibá Machado (PT-AC), ele próprio suplente da senadora Marina Silva, ministra do Meio Ambiente. A essa proposta estão apensadas as outras seis, dos senadores Jefferson Péres (PDT-AM), Valdir Raupp (PMDB-RO), Valter Pereira (PMDB-MS), Expedito Júnior (PR-RO), Tião Viana (PT-AC) e Eduardo Suplicy (PT-SP).

A proposta de Sibá Machado visa impedir que o suplente assumo o mandato de forma permanente, o que ocorre nos casos de renúncia, cassação ou morte do titular. O exercício do cargo se daria até que se realizasse a escolha de outro nome para cumprir o restante do mandato, que deve acontecer sempre no momento em que estiverem sendo realizadas eleições no país - nacionais ou municipais. Sibá também pretende proibir que os suplentes sejam cônjuges ou parentes consanguíneos do titular até segundo grau, ou por adoção.

A PEC 8/04, de Jefferson Péres, mantém a eleição para novo senador somente se a vacância ocorrer quando faltarem mais de



Marco Maciel (D), presidente da CCJ, colocará em votação as mudanças das regras para suplentes, entre elas a de Valter Pereira

30 meses para o fim do mandato. Caso contrário, o suplente assumiria a vaga definitivamente. Pela proposta de Valdir Raupp (PEC 42/04), haveria três candidatos a senador por partido ou coligação, a cada eleição. Ganharia a vaga o mais votado pelo partido que obtivesse mais votos, somados os três candidatos, e os suplentes seriam os outros dois, seguindo a ordem do número de votos obtidos.

Em 2007, após a posse de suplentes a menos de um mês para o fim do mandato do titular, Valter Pereira - que sucedeu o senador Ramez Tebet, falecido no exercício do mandato - apresentou a PEC 1/07, que impede a convocação de suplentes durante o período de recesso legislativo. Já a PEC 12/07, de Expedito Jú-

nior, determina que o suplente somente seja chamado ao exercício quando restarem mais de 120 dias para o fim do mandato.

Para que o suplente tenha maior representatividade, Tião Viana, autor da PEC 18/07, propõe que cada partido apresente dois suplentes para cada candidato a senador, mas somente um será eleito. A PEC determina que o suplente assumo em licenças superiores a 120 dias, mas estabelece nova eleição caso haja vacância faltando mais do que esse período para o fim do mandato.

A PEC 55/07, de Eduardo Suplicy, também propõe eleição direta para suplente, mas estipula que cada partido apresente três candidatos a suplente, sendo que dois deles seriam eleitos.



Pedro Simon, Sérgio Zambiasi e Demostenes Torres (D), que emitirá parecer sobre sete propostas

## Discussão se arrasta há décadas no Senado

Sempre houve a figura do suplente de senador na legislação brasileira. E a necessidade de se criar novas regras é tão antiga quanto a prometida reforma política. Aliás, foi uma comissão especial destinada a discutir essa reforma que avaliou, há dez anos, dois projetos sobre suplentes sugeridos por parlamentares ainda hoje no Congresso Nacional.

O senador Eduardo Suplicy pretendia, com um projeto de lei, instituir eleições diretas para suplentes. O então deputado federal Arthur Virgílio (PSDB-AM) propunha eleição para substituir os titulares ausentes do mandato, salvo de faltassem menos de 15 meses para seu término.

Como a reforma política então

não deslanchou, a questão dos suplentes ficou engavetada e nenhum dos muitos projetos sobre o tema chegou a ser votado pelo Congresso. Atualmente, 13 dos 81 ocupantes de cadeiras no Senado não são os titulares originais dos mandatos.

Segundo levantamento realizado pelo Departamento de Ciência Política da Universidade de Brasília, é o número historicamente mais elevado de suplentes na composição da Casa.

A existência da suplência para senador chegou a criar casos realmente extraordinários, como o

do ex-senador Fábio Lucena, do Amazonas. Eleito em 1982, ele concorreu novamente à eleição, em 1986, e foi eleito de novo para senador.

Diplomado, assumiu este mandato, renunciando àquele que detinha antes da posse. Com a vaga aberta, o seu suplente (do mandato de 82), Leopoldo Peres, assumiu uma cadeira na bancada amazonense. Alguns meses depois, Lucena cometeu suicídio, deixando vago também o mandato de 86, assumido pelo seu suplente, Áureo Mello, que o exerceu até o último dia.

**Atualmente, 13 dos 81 senadores não são os titulares dos mandatos**

**CONSUMIDOR** Projeto que oferece modalidades mais simples e baratas está na pauta da CAS nesta semana

# Plano de saúde pode incluir remédios

Os planos de saúde devem incluir a cobertura do custo dos medicamentos prescritos por médicos e utilizados em tratamento domiciliar, conforme estabelece texto do senador Augusto Botelho (PT-RR) apresentado como substitutivo a projeto de lei da senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO). Este é o primeiro item da pauta que a Comissão de Assuntos Sociais (CAS) analisa esta semana.

Previsto como um plano de assistência farmacêutica exclusiva na proposta da senadora, o benefício foi inserido por Augusto Botelho entre as coberturas já garantidas em lei sob o argumento de que “a assistência à saúde inclui os medicamentos necessários à manutenção da qualidade de vida do paciente”.

O projeto de Lúcia Vânia (PLS 277/04) tramita em conjunto com outros três e prevê a oferta de planos de saúde com coberturas menos amplas, buscando reduzir seus custos e torná-los mais acessíveis à população. A mesma intenção é observada no



Hoje os planos só são obrigados a custear os medicamentos prescritos durante a internação hospitalar

PLS 187/02, do ex-senador Sebastião Rocha. O relator avalia, no entanto, que o objetivo deve ser “a garantia integral da atenção

à saúde, na qual não ocorrem a interrupção e a segmentação do cuidado”.

Ao tornar obrigatória a cober-

tura de medicamentos utilizados sob supervisão de um profissional de saúde, o projeto de Tião Viana (PLS 44/04) também revela

interesse na integralidade da assistência à saúde. Em sua análise, Augusto Botelho lembra a obrigatoriedade, já prevista na Lei dos Planos de Saúde (9.656/98), da cobertura dos medicamentos prescritos pelo médico durante a internação hospitalar e destaca a ampliação desse benefício.

Segundo Luiz Carlos Pelizari Romero, consultor do Senado especializado na área de saúde, a inclusão da assistência farmacêutica nos planos já vinha sendo defendida pela Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS), pela CPI dos Planos e Seguros de Saúde, que funcionou na Câmara dos Deputados em 2003, e pela Conferência Nacional sobre Assistência Farmacêutica, realizada em 2004.

O consultor explica que os usuários serão ressarcidos, no caso das seguradoras de saúde, pelo dinheiro gasto com medicamentos receitados por médicos. Se for um plano de saúde contratado, o consumidor terá direito ao medicamento através de farmácias conveniadas.

## Planos familiares sob risco de extinção

Outro aspecto abordado por Lúcia Vânia – e também por Arthur Virgílio (PSDB-AM) em um dos projetos (PLS 113/06) – é o de que a obrigatoriedade da oferta de planos no regime familiar por todas as operadoras busca garantir que os planos familiares não sejam retirados do mercado e, segundo o senador, aumentar a cobertura para os familiares que não são cobertos pelas regras e pelos contratos atuais.

De acordo com dados da ANS, cerca de 70% dos contratos dos planos de saúde são coletivos, modalidade na qual a contrata-

ção ocorre entre a operadora do plano de saúde e uma pessoa jurídica (empresa, sindicato, associação) e o plano é usado por funcionários ou sindicalizados ou associados, podendo se estender a seus dependentes.

Um estudo feito pelo Conselho Federal de Medicina do Estado de São Paulo (Cremesp) e pelo Instituto de Defesa do Consumidor (Idec) – *Planos de saúde: 9 anos após a Lei 9.656* – avalia que as operadoras de planos de saúde preferem os contratos coletivos porque esta modalidade sofre menor controle da ANS. Os órgãos consideram que a agência é omissa em relação a dois pontos essenciais dos contratos coletivos: reajuste e rescisão unilateral do contrato.

No caso dos planos individuais e familiares, os reajustes são regulados e limitados pela ANS e a rescisão unilateral pela operadora é vedada. Para os planos coletivos não existe a regulação da agência no tocante a reajustes e é prática corrente a rescisão unilateral pelas operadoras.

No substitutivo, Augusto Botelho frisa que as autogestões – planos coletivos sem finalidade lucrativa cujos serviços de saúde são prestados para um grupo

determinado (funcionários de uma empresa, por exemplo) –, que operam por intermédio de seu departamento de recursos humanos, não devem ser incluídas na obrigatoriedade sugerida por Arthur Virgílio sob pena de inviabilizar esse benefício.

Outro ponto retificado por Augusto Botelho é a iniciativa de atribuir à ANS a competência de definir, em regulamento, os graus de parentesco a serem cobertos pelos planos. O relator argumenta que a delegação proposta por Virgílio invade a competência privativa da União.



Lúcia Vânia propõe que todas as operadoras ofereçam planos familiares, e não só coletivos



Para Augusto Botelho, sugestão não pode ser aplicada a planos coletivos que não visam lucro

## CPI propõe mudanças para beneficiar o consumidor

Instalada em junho de 2003, a CPI dos Planos de Saúde concluiu seus trabalhos em novembro, com a aprovação do relatório final do deputado Ribamar Alves (PSB-MA). Um projeto de lei que altera a Lei dos Planos de Saúde (9.656/98) – modificada pela Medida Provisória 2.177-44, de 2001 –, um projeto de lei complementar e uma indicação para que o Poder Executivo envie propostas de lei de iniciativa exclusiva do presidente da República estão entre as iniciativas propostas pela CPI.

Polêmica, a exigência de cheque-caução para o atendimento ou a internação de usuários foi alvo das restrições sugeridas pela comissão. Na avaliação do relator, o usuário dos planos de saúde é pressionado num momento de fragilidade, pois nem o próprio paciente, o familiar ou um amigo é capaz de recusar a assinatura de um cheque quando supõe que a vida ou a

integridade sua ou de um ente querido encontram-se em jogo. Com a proibição, as operadoras foram obrigadas a manter serviço ininterrupto com a rede credenciada, buscando a rápida autorização para internações, exames e procedimentos.

A inclusão da assistência farmacêutica nos seguros de saúde, ou como uma opção de plano, também foi proposta pela CPI. O projeto altera ainda a lei para corrigir uma omissão que leva a uma suposta não competência da Agência Nacional de Saúde Suplementar para fiscalizar planos de saúde coletivos.

Outra sugestão é permitir ao consumidor mudar de plano sem ser obrigado a cumprir carências novamente, o que, para a CPI, poderia incentivar a concorrência entre as operadoras de saúde, fazendo com que elas procurem cativar a clientela e melhorar seu atendimento (*leia matéria abaixo*).

**Proibição do cheque-caução foi uma medida sugerida pela comissão**

## ANS quer permitir uma portabilidade “regulada” por faixa de preço

A discussão sobre a portabilidade é antiga e, segundo o Idec, sua implantação vem sendo prometida desde o projeto da Lei dos Planos de Saúde, há dez anos. Agora, a ANS pretende possibilitar a mobilidade – o direito do usuário, já garantido em lei, de trocar de operadora – com uma portabilidade regulada, o que, segundo a agência, deveria se restringir a contratos compatíveis,

ou seja, dentro de uma mesma faixa de preço. Dessa maneira, não seria possível migrar de um plano de R\$ 200 mensais para outro de R\$ 800 por mês.

Na última quinta-feira, a ANS reuniu representantes do setor de saúde suplementar e de órgãos de defesa do consumidor para apresentar um plano de ação que irá definir o projeto de portabilidade e sua implementação em 2009.

A primeira das quatro etapas do plano já está em andamento – o levantamento de informações sobre experiências com a portabilidade em outros países e formação de parcerias com os ministérios da Fazenda e da Justiça. A expectativa é concluir o projeto no segundo semestre.

A segunda etapa inclui o mapeamento dos tipos de planos comercializados hoje e a identi-

cação do grau de semelhança dos produtos para agrupamento em categorias. Os resultados serão apresentados ao Ministério da Saúde. Na terceira etapa, haverá uma reunião dos representantes do setor de saúde suplementar e uma consulta pública aberta à sociedade. A proposta deverá ser então apresentada e aprovada pela diretoria da agência.

A última etapa prevê reunião

na Câmara de Saúde Suplementar e uma audiência no Congresso. A publicação e a implementação das regras são o passo final para viabilizar a portabilidade. A medida, conforme carta dirigida à agência, em novembro de 2000, pelo Procon de São Paulo e pelo Idec, irá acabar com “a ‘punição’ que hoje é imposta pela prática perversa do mercado de nova submissão às carências”.



**BIOTECNOLOGIA** Altamente complexo, tema da defesa dos recursos genéticos é alvo de projeto do Executivo

# Como vamos proteger nossa biodiversidade?

Encerra-se nesta quinta-feira a **consulta pública** pela internet do anteprojeto de lei do governo federal que dispõe sobre o acesso aos recursos genéticos. As discussões sobre o assunto são tão complexas quanto se espera de uma lei que pretende abarcar o grande universo de conhecimento da biodiversidade brasileira. Somente de espécies nativas catalogadas são mais de 200 mil, entre animais, plantas, fungos e microrganismos.

Além do acesso aos recursos genéticos e seus derivados para a pesquisa científica ou tecnológica, bioprospecção, elaboração ou desenvolvimento de produtos comerciais, a lei dispõe sobre a coleta, a remessa e o transporte de material biológico; o acesso e a proteção dos conhecimentos tradicionais associados a comunidade indígena ou local (quilombolas, ribeirinhos e outros) e dos direitos dos agricultores e a repartição de benefícios (veja glossário).

O anteprojeto pode ser acessado pelo endereço [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/consulta\\_publica/consulta\\_biologica.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/consulta_publica/consulta_biologica.htm).

A primeira iniciativa de regulamentação do acesso aos recursos genéticos é de 1995, em projeto de lei apresentado pela senadora licenciada e ministra do Meio Ambiente, Marina Silva. Na época, foi realizada uma série de audiências com especialistas. O projeto recebeu substitutivo e foi aprovado no Senado e depois encaminhado à Câmara, mas o governo acabou baixando uma medida provisória (MP 2.186-16/01).

Para a grande massa dos pesquisadores, a MP – que tentou frear a biopirataria – engessa a pesquisa brasileira, pela quantidade de exigências “burocráticas”.

Chefe-geral da Embrapa Recursos Genéticos e Biotecnologia, o pesquisador José Manuel Dias garante que a edição da MP acabou por reduzir a quantidade de pesquisas inseridas nessa legislação.

– A MP é complexa. Tivemos alguns anos de diminuição das coletas, do ritmo das pesquisas – observa Dias.

O foco principal do anteprojeto é tornar mais fácil a realização de pesquisas, diz a diretora do Departamento de Patrimônio Genético do Ministério do Meio Ambiente, Celeste Emerick.

– Agora só serão exigidas autorizações para as pesquisas que envolvam unidades de conservação de domínio público e quando se tratar de espécies ameaçadas de extinção – explica Celeste.

Para o senador Renato Casagrande (PSB-ES), “se respeitada por governos, instituições públicas e privadas, a lei será um importante instrumento de combate à biopirataria”.

– Essa é uma prática que há muito exige ações enérgicas por representar enorme atraso ao nosso desenvolvimento científico e tecnológico – destaca o senador.

## Idéia é que todos os setores contribuam

A complexidade do assunto dificulta o envolvimento de todos os setores interessados na discussão do anteprojeto, por isso a necessidade da consulta pública – aberta em dezembro do ano passado –, segundo a diretora.

– A idéia é que pesquisadores, empresas, comunidades envolvidas e outros participem e colaborem. As propostas significativas serão analisadas antes que o projeto seja encaminhado ao Congresso – afirma Celeste.

## Recursos seriam usados em conservação

O anteprojeto da Lei de Recursos Genéticos mudou significativamente a repartição coletiva de benefícios decorrentes do uso dos conhecimentos tradicionais das populações indígenas e locais, como quilombolas e ribeirinhos. Há muita incerteza quando se tenta definir a quem pertence o conhecimento, já que mais de uma comunidade pode detê-lo, o que tem gerado muitos conflitos.

A nova proposta é destinar os benefícios para as comunidades que possuem os mesmos conhecimentos, mesmo que não tenham participado das negociações. Assim, serão criados fundos públicos, para ser aplicados em projetos de pesquisa e conservação da

biodiversidade, visando ajudar no sustento das comunidades indígenas e locais.

Será instituída uma Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico (Cide) para o setor. Os fabricantes de novos produtos comerciais contribuirão com 50% para o Fundo para Conservação e Repartição de Benefícios e outros 50% para o Fundo de Desenvolvimento Científico e Tecnológico.

Segundo o advogado do Instituto Socioambiental (ISA) Fernando Mathias, a forma como o anteprojeto está sendo discutido não tem dado abertura para setores importantes, como as comunidades tradicionais.

– É difícil explicar para essas

populações todas essas discussões, e elas, que estão diretamente envolvidas, acabam ficando à margem das negociações. Foi privilegiada a discussão entre os meios acadêmico, científico e empresarial – expõe o advogado.

Mathias afirma que o ISA é favorável à pesquisa, mas critica “a redução do conhecimento tradicional a um contrato”.

– Essa legislação institucionaliza o que entendemos ser a biopirataria: se apropriar de um recurso compartilhado e transformá-lo em uma patente, seja por brasileiros ou estrangeiros, como é o caso do cupuaçu. É um movimento de privatização da biodiversidade – afirma advogado.

## Pesquisa e bioprospecção ficam facilitadas

É consenso que o anteprojeto da Lei de Recursos Genéticos avançou em vários pontos, se comparado com a legislação vigente (MP 2.186-16/01). Mas especialistas, em particular os pesquisadores diretamente atingidos pela regulamentação, acham que ainda há muito a melhorar.

Na nova proposta, a pesquisa e a bioprospecção (atividade que investiga algo da natureza para transformar em produto econômico) estão mais flexibilizadas, já que não está previsto pedido de autorização, com raras exceções, ao Ibama e ao Conselho de Gestão do Patrimônio Genético. Os pedidos de autorização levavam em média de três a seis meses para serem analisados e concedidos.

Agora os pesquisadores precisam registrar suas atividades no Cadastro Nacional de Acesso aos Recursos Genéticos, que será ge-

renciado pelo Ministério do Meio Ambiente e concederá as licenças para fins de bioprospecção, elaboração ou desenvolvimento de produtos comerciais; acesso ao conhecimento tradicional associado e remessa ou transporte de material biológico.

– O problema é que também estão sendo criados mais dois cadastros, geridos pelo Ministério da Ciência e Tecnologia e pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, que acabarão causando confusão e repetição desnecessária de procedimentos – diz o chefe-geral da Embrapa Recursos Genéticos e Biotecnologia (Cenargen), José Manuel Dias.

A Embrapa prepara documento para apresentar na consulta públi-

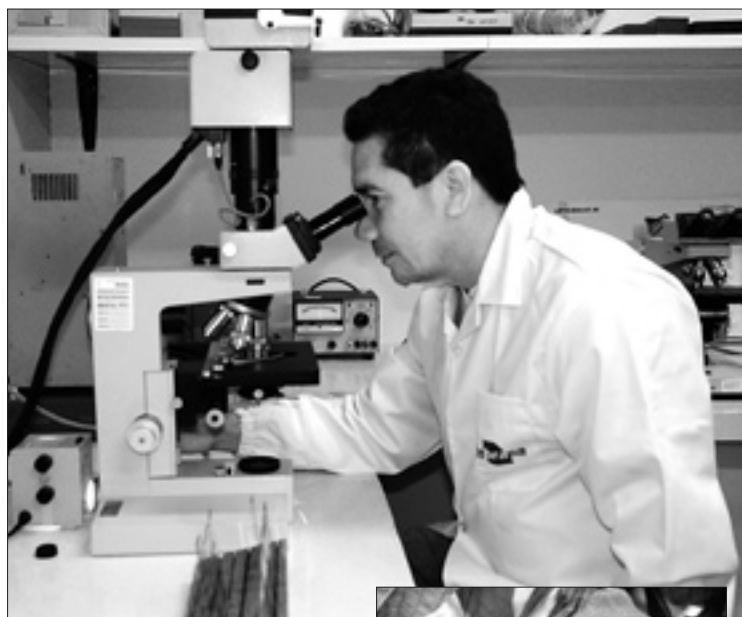
ca, e uma das propostas deverá ser a utilização de um cadastro único de responsabilidade do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

O pesquisador enfatiza que o projeto deve ter um mecanismo

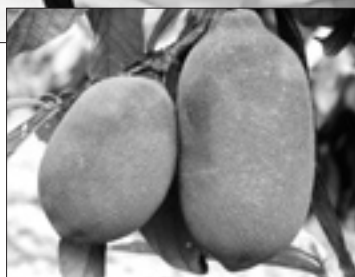
para estimular o conhecimento da biodiversidade brasileira e não tornar difícil o acesso à pesquisa. Durante a vigência da MP 2.186, o Cenargen obteve apenas seis autorizações.

A advogada Elza da Cunha lembra que a biodiversidade é o grande diferencial do Brasil e que, por isso, a imposição de obstáculos ao desenvolvimento de pesquisas científicas e tecnológicas, seja ou não com fins comerciais, “é um verdadeiro tiro no pé”.

FOTOS: NEIZA CAMPELO/EMBRAPA



No alto, mudas de sacaca, planta medicinal pesquisada para a indústria de perfume. Acima, laboratório de Fisiologia da Embrapa. Ao lado, o cupuaçu, alvo de uma briga internacional de patentes



## Glossário

Entenda alguns termos relacionados ao patrimônio genético e ao conhecimento tradicional associado.

• **Acesso ao patrimônio genético** - Atividade realizada com o objetivo de isolar, identificar ou utilizar informação de origem genética (contida em amostras do todo ou de parte de espécime vegetal, fúngico, microbiano ou animal) ou moléculas e substâncias provenientes do metabolismo dos seres vivos e de extratos obtidos desses organismos, para fins de pesquisa científica, desenvolvimento tecnológico ou bioprospecção, visando a sua aplicação industrial ou de outra natureza.

• **Acesso ao conhecimento tradicional associado** - Obtenção de informação sobre conhecimento ou prática individual ou coletiva, associada

ao patrimônio genético, de comunidade indígena ou local (quilombolas, ribeirinhos e outros), para fins de pesquisa científica, desenvolvimento tecnológico ou bioprospecção, visando a sua aplicação industrial ou de outra natureza.

• **Bioprospecção** - Atividade exploratória que visa identificar componente do patrimônio genético e/ou informação sobre conhecimento tradicional associado, com potencial de uso comercial.

• **Desenvolvimento tecnológico** - Trabalho sistemático, decorrente do conhecimento existente, que visa à produção de inovações específicas, à elaboração ou à modificação de produtos e processos existentes, com aplicação econômica.

Fonte: Ministério do Meio Ambiente

## CLIMA

# Garibaldi: preservar é tarefa de todos

Ao discursar, na última quarta-feira, durante o Fórum de Legisladores G8+5, destinado a avaliar uma proposta de Estratégia sobre Mudanças Climáticas pós-2012, o presidente do Senado, Garibaldi Alves Filho, observou que a tarefa de cuidar do futuro do planeta não pertence a um único indivíduo ou a um único país, mas a todos, na medida de suas responsabilidades e atitudes.

– Como legisladores e como líderes, nosso papel consiste, fundamentalmente, em estimular a sociedade para que ela se engaje nesse processo, mude hábitos simples, responsáveis pelo efeito estufa e pela degradação do meio ambiente – destacou.

O senador disse ainda que o Brasil, por sua extensão geográfica, seu imenso litoral e toda a biodiversidade que abriga, deve ser um dos países mais comprometidos com os esforços mundiais desenvolvidos em favor do

meio ambiente.

– Lamentavelmente, somos o quarto país que mais lança gás carbônico na atmosfera, em decorrência de desmatamentos na região amazônica – alertou.

Na abertura do fórum, a senadora Serys Slhessarenko (PT-MT), coordenadora do grupo de parlamentares brasileiros, afirmou que “o Brasil quer ter papel importante para colaborar na utilização e disseminação de tecnologias e conhecimentos na área de biocombustíveis e fontes de energia renovável”. Ela defendeu a produção de biocombustíveis como forma de redução das emissões de gases do efeito estufa.



Garibaldi (E), Chinaglia e Serys (detalhe) no Fórum de Legisladores G8+5 sobre Mudanças Climáticas

## Combate a desmatamento ilegal coibirá aquecimento, diz Casagrande

Durante o fórum, Renato Casagrande (PSB-ES) destacou a importância de se combater o desmatamento ilegal da floresta amazônica como principal forma de se coibir o aquecimento global.

O evento, que reuniu parlamentares dos oito países mais desenvolvidos do mundo (Estados Unidos, Japão, Canadá, Alemanha, Inglaterra, França, Itália e Rússia) e das cinco principais nações emergentes (China, Brasil, Índia, México e África do Sul), é iniciativa da Organização Global de Legisladores para um Ambiente Equilibrado (Globe – sigla em inglês).

Cícero Lucena (PSDB-PB) de-

fendeu, sobretudo, a transferência de tecnologia das nações desenvolvidas aos países emergentes, prevista na Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas, desde 1992.

– Esse mecanismo não tendo sido implementado há um tempo, em razão de resistência dos mais desenvolvidos. Precisamos, urgentemente, chegar a um acordo – disse Cícero, que ainda propõe o incentivo, em todos os países, à inclusão da educação ambiental como disciplina obrigatória no currículo escolar a fim de gerar, gradualmente, mudança de hábito da população.

## COMISSÕES

## Suplicy leva ao Iraque idéia de Renda Básica de Cidadania

A resposta, meu amigo, está soprando com o vento. Os versos pacifistas de Bob Dylan, que já foram apresentados no Plenário por Eduardo Suplicy (PT-SP), agora chegaram ao Iraque pela voz do senador. Ali, ele mostrou às autoridades do país a sua proposta de programa de Renda Básica de Cidadania, conforme documentário de 20 minutos exibido na CRE.

Carolina Larriera, viúva do ex-representante especial da Organização das Nações Unidas (ONU) para o Iraque, Sérgio Vieira de Mello – morto em atentado terrorista em 2003 –, lembrou que ele foi um entusiasta do programa como um instrumento de pacificação do Iraque.

O presidente da Câmara de Comércio e Indústria Brasil-Iraque, Jalal Jamel Chaya, previu que o Brasil terá benefícios por haver enviado um representante para ajudar o povo iraquiano.

## TV Brasil atrai consenso, com ressalvas

A criação da Empresa Brasil de Comunicação (EBC), responsável pela TV Brasil, deverá ajudar o país a colocar em prática o princípio constitucional da complementaridade entre as televisões privada, estatal e pública, concordaram os participantes de audiência pública sobre o tema promovida, na terça-feira, pela Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE). Mesmo assim, foram feitas críticas a dispositivos da medida provisória que estabeleceu a empresa.

Uma das críticas foi relativa

ao item que torna obrigatória a transmissão de dois canais oficiais pelas empresas de televisão por assinatura – a própria TV Brasil e a NBR, emissora que transmite notícias do governo.

A diretora-presidente da EBC, Tereza Cruvinel, garantiu que a emissora não estará sob controle exclusivo nem do Estado nem de regras comerciais.

– Se o governo quisesse uma TV chapa-branca, bastaria ficar com as atuais emissoras. Para que criar um conselho curador? – questionou a jornalista,

referindo-se ao colegiado de 20 membros, 15 dos quais representantes da sociedade civil, que vai supervisionar a programação da nova TV.

Os senadores Raimundo Colombo (DEM-SC) e Rosalba Ciarlini (DEM-RN) recomendaram que os nomes dos integrantes do conselho curador da TV Brasil sejam submetidos ao Senado. Colombo, que requereu, com Marisa Serrano (PSDB-MS), a audiência na CE, manifestou ainda preocupação com os gastos para a nova emissora.

## Atuação da Petrobras e ensino de espanhol

Em sua primeira reunião de 2008, realizada na quinta-feira, a Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul aprovou dois requerimentos para audiências públicas. A atuação da Petrobras na América do Sul será o assunto do primeiro debate, e o ensino da língua espanhola, no Brasil, como ferramenta para o fortalecimento da integração dos países do Mercosul será o tema

da segunda discussão.

Na reunião, comandada pelo presidente da Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul, senador Geraldo Mesquita Júnior (PMDB-AC), representantes do Ministério de Relações Exteriores apresentaram um panorama dos conflitos sobre importação e exportação de pneus usados e remoldados que envolvem países do bloco.

Segundo o diretor do Departamento Econômico do Itamaraty, Carlos Márcio Cozendey, ao proibir a importação de pneus usados, o Brasil acabou tendo problemas com o Paraguai, o Uruguai e a União Européia.

Os parlamentares ainda acolheram pareceres favoráveis a três mensagens do presidente da República sobre acordos no âmbito do Mercosul.

## CRE volta a discutir caso de atletas cubanos

O presidente da Comissão de Relações Exteriores (CRE) anunciou que o envio de volta a Cuba dos boxeadores Erislandy Lara e Guillermo Rigondeaux, que participaram dos Jogos Pan-Americanos do Rio de Janeiro, em 2007, será discutido novamente pela CRE esta semana.

## Debates sobre a Abolição da Escravatura

Os 120 anos da “abolição inconclusa da escravatura”, segundo Paulo Paim (PT-RS), serão tema de um ciclo de debates a ser promovido pela Comissão de Direitos Humanos (CDH). O exame para registro na Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) também será tema de outra audiência pública aprovada.

**HOMENAGEM** Em discursos, senadores destacam compromisso de colega com o agronegócio e o homem do campo

**JONAS PINHEIRO**  
(1941-2008)



Jonas em três momentos: na tribuna, nas comissões e em diálogo com participante do tratoração de 2005, em Brasília. Atuação marcada pela simplicidade e dedicação

# Plenário exalta defesa da agricultura

Vítima de falência múltipla de órgãos, o senador Jonas Pinheiro (DEM-MT), 67 anos, morreu às 21h35 da terça-feira passada, em Cuiabá, onde estava internado desde o dia 10, após sofrer um infarto e uma parada cardiorrespiratória. Na segunda-feira, teve morte encefálica. Jonas deixa viúva Celcita Rosa Pinheiro da Silva, com quem teve dois filhos – Giórgio Pinheiro da Silva e Giani Antônia de Moraes.

Senador desde 1995, seu primeiro suplente é Gilberto Goellner, empresário do ramo agrícola. Jonas foi enterrado na quarta-feira à tarde, em sua cidade natal, Santo Antônio de Leverger, na presença de 23 senadores, vários deputados federais, estaduais e vereadores e do governador estadual, Blairo Maggi. Segundo a Polícia Militar de Mato Grosso, cerca de 50 mil pessoas passaram pela casa do senador durante o velório.

O presidente do Senado, Garibaldi Alves, determinou a suspensão dos trabalhos legislativos da quarta-feira e a colocação da bandeira a meio mastro durante três dias. Nesta quinta-feira, a Casa realizará sessão especial em homenagem a Jonas Pinheiro.

Em Plenário, foi aprovado requerimento de pesar e respeitado um minuto de silêncio. Em seguida, os senadores se revezaram-se na tribuna em homenagens àquele que foi considerado um

dos mais incansáveis defensores do agronegócio e do homem do campo no Senado (*veja quadro nesta página*). Garibaldi, por exemplo, louvou seu constante otimismo para solucionar a questão do endividamento rural.

– Vamos dizer aos mato-grossenses que morreu o homem que sempre lutou por sua terra e sua gente – disse Garibaldi.

Nascido em 22 de janeiro de 1941, filho de pescador, Jonas Pinheiro passou a infância entre

pequenos agricultores. Estudante de escolas agrícolas e formado em Veterinária, em 1982 se elegeu deputado federal, exercendo o mandato até 1994, quando foi eleito senador. Dizia-se um representante do lavrador: “O povo é simples e quer coisas simples: quer alimento, quer vestuário e quer moradia; quer escolas e hospitais; mas, antes de tudo, o povo quer trabalho. Afinal das contas, o povo anseia, desesperadamente, por dignidade”.

## Origem simples marcou luta

Jonas Pinheiro publicou, em sua página na internet, uma pequena autobiografia, onde revela suas expectativas na infância; os compromissos com os trabalhadores do campo; e a sua visão da política: um ato simples para resolver coisas e demandas igualmente simples.

**Infância** – “Vivendo entre pequenos agricultores e pescadores, jamais imaginei que o futuro me reservasse o privilégio de um dia poder estar num cargo no qual eu pudesse ajudar (...) aqueles conterrâneos, cujo trabalho, tão importante, é tão pouco valorizado.”

**Filosofia** – “A consciência do fato de que há sobras em tantas mesas brasileiras, mas que falta alimento na maioria delas, faz de mim um constante e tenaz lutador para alcançar a meta de que cada homem tenha seu meio de sustento e sua dignidade respeitada, que o pequeno produtor do campo (...) tenha a recompensa justa pelo seu trabalho.”

**Demagogia** – “Não se melhoram condições de vida de um povo apenas com frases de efeito ou com boas intenções. Devem ser postas de lado a retórica, as especulações abstratas.”

## Suplente deve ter atuação idêntica

O substituto de Jonas Pinheiro no Senado deverá manter a mesma linha de atuação em defesa do agronegócio. Nos quatro meses em que assumiu o mandato, em substituição ao titular (agosto a dezembro de 2005), o primeiro suplente, o engenheiro agrônomo e empresário Gilberto Goellner, levou diversas vezes ao Plenário mensagens de apoio ao setor.

Já naquela época, Goellner contestou as acusações – repetidas recentemente, após a divulgação de informações sobre o desmatamento na Amazônia – de que

a expansão do agronegócio em Mato Grosso seria responsável pela derrubada de florestas no estado. Em sua opinião, muitas dessas críticas são provenientes de países que concorrem com o Brasil na produção agropecuária.

Goellner cobrou pressa do governo na regulamentação da Lei de Biossegurança, que trata da utilização de organismos geneticamente modificados. Para ele, o atraso representa uma espécie de “moratória branca” na pesquisa de espécies e na industrialização de produtos geneticamente modificados.

## "Um trator para defender suas convicções"

“Perdi um amigo, um colega exemplar, que há de ser lembrado pela atuação firme em nome do produtor rural.”  
Lúcia Vânia

“Uma voz forte e de grande convicção, sem radicalismos, na defesa dos interesses da agricultura.”  
Heráclito Fortes

“Jonas Pinheiro foi um grande homem. Sua morte é uma grande perda para o agronegócio brasileiro.”  
Delcídio Amaral

“Os agricultores brasileiros contavam com ele. Foi uma liderança destacada da agropecuária.”  
Alvaro Dias

“A humildade nas relações pessoais, a dignidade nas atitudes e a generosidade dos gestos eram suas marcas.”  
Aloizio Mercadante

“Era um trator para defender suas convicções sobre o que era melhor para a agricultura e a pecuária brasileiras.”  
Gilvam Borges

“O DEM perde um grande intérprete do setor agrícola. Era um estudioso das questões de tecnologia da área.”  
José Agripino

“Mato Grosso e o Brasil sentirão muita falta desse pantaneiro que tanto lutou pela agricultura brasileira.”  
Rosalba Ciarlini

“Ficará um vazio muito grande no Congresso, pois Jonas Pinheiro tinha credibilidade e voz entre os colegas.”  
Kátia Abreu

“Dedicou-se à busca das melhores condições para expandir a agropecuária em todas as regiões do país.”  
Inácio Arruda

“Era um agrônomo que, por seu trabalho, construiu uma carreira política que deixa o seu estado orgulhoso.”  
Cristovam Buarque

“É um cidadão que nós de Mato Grosso respeitamos, um homem a quem esse estado deve muito.”  
Jayme Campos

“Sempre será lembrado como uma voz de referência do agronegócio, ouvido por todos os partidos políticos.”  
Romero Jucá

“Jonas Pinheiro foi um dos grandes responsáveis pelo desenvolvimento da agricultura brasileira.”  
Gim Argello

“O convívio com ele permitiu-me colher o bom exemplo e a fé cristã que sempre estimularam a vida.”  
Fernando Collor

“O país e o Congresso perderam um homem digno, defensor do cidadão e dos empreendedores do setor agrícola.”  
Efraim Morais

“É uma grande perda para o setor, já que ele sempre lutou pelo homem do campo e para melhorar a política agrícola.”  
João Ribeiro

“Pautou na discricção sua trajetória. Nem por isso suas ações foram menos eficientes e produtivas.”  
Renato Casagrande

“É a perda de um político histórico no estado. Quase 30 anos de vida pública, sempre com muita participação.”  
Serys Slhessarenko

“Por conhecer profundamente a agricultura, tornou-se fonte de consulta para vários colegas. Grande perda para o Senado.”  
Arthur Virgílio

“Era um homem notável nos debates sobre a agricultura, um profundo conhecedor das políticas públicas dessa área.”  
Valdir Raupp

“Foi um político que nunca se envolveu em escândalos e que sempre teve uma vida correta e limpa.”  
Demostenes Torres

“O Senado perde uma figura respeitada, ética e honrada. O agronegócio, um de seus maiores representantes.”  
Adelmir Santana

“Era, a um só tempo, excelente homem público e conhecedor das questões relacionadas à agropecuária.”  
Marco Maciel

“Ele se destacou pela sensibilidade no trato pessoal e por praticar a política acima dos interesses pessoais.”  
Ideli Salvatti

## PLENÁRIO

# Simon cobra posição do Brasil sobre Cuba

Os senadores da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) devem fazer uma reunião reservada com o ministro Celso Amorim, das Relações Exteriores, para estabelecer uma posição da CRE, como órgão do Legislativo, e do governo brasileiro em relação à realidade cubana, após a renúncia de Fidel Castro. A sugestão foi do senador Pedro Simon (PMDB-RS), que recebeu o apoio do presidente da comissão, Heráclito Fortes (DEM-PI), presente em Plenário, e a reunião ficou pré-agendada para esta quarta-feira.

Simon também sugeriu que a CRE encaminhe documento a Cuba com o objetivo de incentivar o povo cubano a escolher democraticamente os rumos que quer dar ao país. Em aparte, Heráclito Fortes apoiou a iniciativa de Simon e disse que o primeiro passo para atender a proposta será encaminhar o posicionamento da comissão, em comunicado, ao presidente da Assembléia Nacional de Cuba, Ricardo Alarcón.

Na opinião de Cristovam Buarque (PDT-DF), manifestada

em aparte a Simon, o momento não é adequado para essa manifestação, sob o ponto de vista diplomático. Cristovam disse que a intenção do Brasil poderá ser interpretada como uma possível intervenção na política interna de Cuba.

Simon sugeriu que a comissão também se manifeste pelo fim do bloqueio econômico que os Estados Unidos impuseram a Cuba.

– Agora não é o momento de se analisar os 40 anos de Fidel Castro. Isso é História. Não é hora de analisar os 40 anos do boicote americano. É hora de vermos o que podemos fazer. Vamos, com isso, ensinar de forma espetacular a América toda: fim do boicote. E todos, claro, vamos caminhar no sentido da democracia – afirmou Simon.

Na opinião do senador gaúcho, o embargo comercial americano



FOTOS: JOSÉ CRUZ

**Pedro Simon sugere encontro de senadores da CRE com ministro Celso Amorim**

a Cuba deve ser suspenso imediatamente para que aquele país tenha condições de fazer opções com mais liberdade.

Simon informou ainda que parlamentares americanos enviaram ofício à secretária de Estado, Condoleezza Rice, pedindo a revisão da relação dos Estados Unidos com Cuba.

## Paim acredita em renovação com candidatura de Obama

“A candidatura de Barack Obama à Presidência dos Estados Unidos aponta para novos tempos”, afirmou o senador Paulo Paim (PT-RS), na sessão plenária da última sexta-feira. Ao destacar que, pela primeira vez na História, “existe a possibilidade real de um negro ser presidente dos Estados Unidos”, o parlamentar se disse um admirador da caminhada de Obama. – É um grande feito para os Estados Unidos e para o mundo a candidatura desse homem negro, que luta pelos direitos civis, que busca a inclusão das pessoas com deficiência, que não aceita crianças fora da escola – ressaltou. Paim lembrou que, até a década de 1960, os Estados Unidos praticavam a segregação racial de forma aberta, o que, observou, aumenta a importância do momento atual, que aponta para a possibilidade de Barack Obama chegar à Casa Branca. Para o senador, a possível vitória de Obama resultará na ampliação das relações entre o Brasil e os Estados Unidos. Paim relatou entrevista do pré-candidato norte-americano na qual ele elogia os programas brasileiros de produção de etanol e biocombustíveis. – Que o exemplo de Barack Obama, que é contra a guerra e um amante dos direitos humanos, sirva para as novas lideranças – frisou Paim.

## “Senado deve fixar teto para carga tributária”, diz Adelmir

A definição de teto máximo de carga tributária para o país deve ser mais uma das atribuições constitucionais do Senado, conforme proposta apresentada pelo senador Adelmir Santana (DEM-DF). Ele sugeriu ainda a criação de um conselho para acompanhar a cobrança de impostos e defendeu proposições já em tramitação que convertem o Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) em imposto compartilhado entre União, estados e municípios. Ao saudar o anúncio de que o Executivo enviará proposta de reforma tributária ao Congresso, o senador destacou que o Parlamento terá a oportunidade de “se redimir de omissões”, discutindo e aperfeiçoando o texto. Adelmir classificou a reforma do sistema tributário como “um extraordinário desafio” técnico e político e apontou como uma das principais distorções do atual modelo brasileiro a elevada cobrança de impostos frente à desproporcional oferta de serviços públicos. – A carga tributária chegou, em 2006, a 35,21% do PIB [produto interno bruto], o que equivale a uma transferência de recursos da ordem de R\$ 800 bilhões, das cadeias produtivas e das famílias para os cofres públicos – ressaltou o senador.



**Garibaldi (C) preside sessão que destacou a importância dos portos, responsáveis por 95% do escoamento das importações e exportações**

## Efraim quer notícia-crime contra Rogério Buratti

Efraim Morais (DEM-PB) manifestou “perplexidade e indignação” diante do depoimento “quase secreto”, feito em cartório, por Rogério Tadeu Buratti, negando tudo o que havia afirmado em seu depoimento prestado à CPI dos Bingos, em 2005, no qual acusou o então ministro da Fazenda, Antonio Palocci, de receber propina de R\$ 50 mil mensais da firma Leão&Leão.

– Solicito à Mesa do Senado

que impetre notícia-crime no Ministério Público contra Buratti para prestar esclarecimentos – disse o senador.

O depoimento de Buratti foi registrado em junho de 2007. Conforme Efraim, somente agora, quando os jornais noticiam estar próxima a data do depoimento de Palocci no Supremo Tribunal Federal (STF), no processo referente ao mensalão, a nova versão de Buratti veio à tona.

## João Pedro requer comissão para conhecer madeireira

Em requerimento apresentado à Secretaria Geral da Mesa, João Pedro (PT-AM) anunciou ter solicitado a criação de uma comissão temporária externa do Senado para visitar as instalações da empresa Mil Madeireira Itacoatiara, localizada em Itacoatiara (AM), e avaliar a tecnologia empregada no manejo florestal pela empresa. A madeireira emprega manejo

florestal de área de 456 mil hectares e foi certificada pelo Conselho Brasileiro de Manejo Florestal.

O senador observou que, apesar de freqüentemente aparecerem na imprensa ações de ilegalidades ocorridas na Amazônia, o estado também possui exemplos de atividades econômicas realizadas de forma sustentável.

## Baixa cotação do dólar preocupa João Tenório

João Tenório (PSDB-AL) afirmou que, apesar do equilíbrio das contas externas brasileiras, que considera um fato positivo, o valor do dólar, abaixo de R\$ 1,70, cria dificuldades para o setor exportador brasileiro e para a indústria nacional. O senador disse também que a produção de bens primários e industriais é prejudicada pela taxa de câmbio.

– O câmbio atual cria um

constrangimento econômico quase insuportável para esse segmento tão importante da vida nacional, que é o setor de exportações – observou.

A situação, conforme o senador, prejudica a produção de mercadorias brasileiras voltadas para o mercado externo e a competitividade dos produtos brasileiros que disputam com os produtos importados no mercado interno.

**“CONSTRANGEDOR”** - Gilvam Borges (PMDB-AP) disse, na última sexta-feira, que estava pronto a fazer um pronunciamento sobre o episódio “constrangedor” ocorrido entre ele e o senador Mário Couto (PSDB-PA) em Plenário na última quinta-feira.

– Ele não está na Casa hoje, mas se estivesse, eu não teria atendido ao pedido do presidente Garibaldi para não fazer o discurso.

**CRÍTICAS** - Heráclito Fortes (DEM-PI) criticou Luis Favre, marido da ministra do Turismo, Marta Suplicy, que em seu blog “Leituras do Favre” critica a oposição e a imprensa. O senador pediu a Favre para trabalhar e deixar a oposição brasileira cumprir o seu papel.

**PESQUISA** - Mão Santa (PMDB-PI) classificou de “mentirosa” recente pesquisa de opinião pública realizada pelo Instituto de Pesquisas CNT/Sensus, que registra o índice de avaliação do governo Lula. A pesquisa revela que 52,7% dos entrevistados consideram a administração Lula como positiva.

## Bicentenário da abertura dos portos brasileiros

Os 200 anos da abertura dos portos brasileiros ao comércio internacional foram homenageados na última quinta-feira no Plenário do Senado. O modal portuário é responsável por escoar 95% das importações e exportações brasileiras, em 35 portos públicos e mais 125 terminais privativos autorizados, além de 16 portos fluviais.

Na abertura da sessão especial, o presidente do Senado, Garibaldi Alves, ressaltou que,

com a Carta Régia que abriu os portos brasileiros ao comércio direto com todas as nações amigas, assinada por dom João VI em 28 de janeiro de 1808, o Brasil deixou de ser colônia de Portugal e passou a competir para ocupar seu espaço entre os países mais importantes e desenvolvidos.

O autor do requerimento de homenagem, senador Romeu Tuma (PTB-SP), destacou a presença do comandante da

Marinha, Júlio Soares de Moura Neto. Também estiveram presentes o representante do Exército, general Odilson Sampaio Benzi, o embaixador de Portugal, Francisco Seixas da Costa, e o secretário-geral da Receita Federal, Jorge Rachid.

Também se pronunciaram os senadores Valdir Raupp (PMDB-RO), Kátia Abreu (DEM-TO), Paulo Duque (PMDB-RJ), Mão Santa (PMDB-PI) e Cristovam Buarque (PDT-DF).

## Voz do Leitor

## PRESIDÊNCIA

“Espero que o senador Garibaldi Alves, novo presidente do Senado Federal, tenha uma postura firme e articuladora, debatendo com o governo e os líderes da oposição propostas para melhorar o Brasil. Espero que o senador saiba integrar a instituição do Senado e ressuscitar a moral e o respeito da Casa perante a sociedade.”

**Juber Marques Pacífico, de Cataguases (MG)**

## LOTÉRIAS

“Sugiro um estudo para mudança na distribuição dos prêmios das loterias MegaSena e Quina, ou seja, mais chances para os que acertam menos números e, conseqüentemente, mais premiados, pois acho a concentração dos prêmios nos acertos máximos exagerada, principalmente quando o valor é acumulado.”

**Maurício Dias Valim Filho, de São Paulo (SP)**

## PUBLICIDADE

“Pensem num banco que financia milhões de automóveis. Pensem numa refinaria que fornece combustível para postos que fornecem esse mesmo combustível para esses automóveis. Pensem nos bilhões de metros cúbicos que só essa cadeia poluidora joga de monóxido de carbono no ar. Agora, pensem que no Brasil existem agências de publicidade que subestimam a capacidade do povo brasileiro. O resultado são propagandas querendo colar o apelo ecológico a empresas notoriamente conhecidas pela poluição que propagam ou financiam. Está na hora de uma entidade ou o Ministério do Meio Ambiente avaliar esse tipo de propaganda e acompanhar se as empresas que se valem dela

estão cumprindo o que dizem. Sou cético, não acredito em nenhuma delas!”

**Franz Josef Hildinger, de Praia Grande (SP)**

## CPMF

“A rejeição à CPMF mostrou que não funcionou dizer que sem ela o Bolsa Família ficaria prejudicado. O Senado mostrou que está a serviço do país, e que não aceita manobras, acordos de última hora, imposições. Chega de autoritarismo! Parabéns ao Senado Federal.”

**Joélia de Souza Custódio, de Francisco Morato (SP)**

## INFÂNCIA

“Parabenizo os senadores preocupados com as crianças pobres do nosso Brasil. Neste momento, milhões estão passando muita fome neste imenso país. Precisamos criar mais oportunidades para elas, a fim de que não se tornem marginais no futuro.”

**Adriano Henrique de Oliveira, de Caruaru (PE)**

## POLÍCIA

“Defendo a unificação de todas as polícias em uma só.”

**Tiago Alves Cabral, de Pindamonhangaba (SP)**

## CRESCIMENTO URBANO

“Hoje, discute-se muito o aquecimento global, em razão da grande quantidade de gases poluentes emitidos pelas fábricas e pelos automóveis, mas se esquece de outro fator, que é o crescimento urbano não planejado – que contribui para o aquecimento devido ao desmatamento e à falta de arborização. Sugiro que o planejamento das cidades estabeleça áreas reservadas para mata verde.”

**Josivaldo José de Souza, de Lagoa do Itaenga (PE)**

*Sugestões, comentários e críticas podem ser enviados por carta (Praça dos Três Poderes, edifício Anexo I, Senado Federal, 20º andar, CEP 70165-920, Brasília-DF), e-mail (jornal@senado.gov.br) ou telefone (0800 61-2211).*

## Pergunte ao Senador

**Jandir Serafini, de Capitão Leônidas Marques (PR)**

“Gostaria de saber como ficará a situação das rádios comunitárias com a implantação do sistema digital.”

**O senador Arthur Virgílio (PSDB-AM) responde:**

Prezado Jandir, a situação das rádios comunitárias permanecerá inalterada. Até agora, o sistema de rádio digital usado nos testes no Brasil é o americano Iboc, que permite transmissões analógica e digital na mesma frequência. A idéia é garantir uma transição gradual, já que o ouvinte não é obrigado a comprar um aparelho novo. Assim, as emissoras têm um prazo maior para se adequar. Espera-se que o rádio digital seja implantado no Brasil em período não inferior a pelo menos dez anos.



## Agora é lei

## Garantia à gestante sobre local do parto

A gestante não precisará mais passar pela incerteza do local onde será atendida na hora do parto. A Lei 11.634/07, que já está em vigor, estabelece que toda gestante assistida pelo Sistema Único de Saúde (SUS) será atendida durante o período pré-natal, e na hora do nascimento, na mesma unidade de saúde. A lei atende às reivindicações dos movimentos em defesa da mulher e foi apresentada na forma de projeto de lei pela deputada Luiza Erundina (PSB-SP). A medida, de acordo com a deputada, acaba com a indefinição, contribuindo para diminuir a insegurança e a tensão da gestante e de seus familiares. “A peregrinação de porta em porta na busca por vaga em maternidades, freqüentemente lotadas e inaptas a realizar partos mais complicados, gera centenas de casos de partos de emergência e é fruto da falta de estrutura”, afirma Erundina em sua proposta. A nova lei reforça medidas de apoio à gestante, como a Lei 11.108/05, que permite a presença de acompanhante para a mulher em trabalho de parto e pós-parto nos hospitais públicos e conveniados com o SUS.

A vinculação do pré-natal ao parto no mesmo estabelecimento hospitalar agora será feita no ato de inscrição no programa de assistência pré-natal do SUS. Ainda de acordo com a lei, a maternidade à qual se vinculará a gestante deverá ser comprovadamente apta a prestar a assistência necessária conforme a situação de risco gestacional, inclusive em situação de puerpério (pós-parto). Caberá ao SUS analisar os requerimentos de transferência da gestante em caso de comprovada falta de aptidão técnica e pessoal da maternidade, cuidando também da transferência segura da gestante. Segundo dados do Ministério da Saúde, no Brasil 65% das mortes maternas ocorrem no momento do parto, daí a importância de investimentos na melhoria da qualidade da assistência ao parto. No Senado, o projeto foi relatado pela senadora Patrícia Saboya (PDT-CE), para quem a iniciativa dá mais tranqüilidade e segurança à mãe. “Especialmente nos grandes centros urbanos, não são raras as ocasiões em que a gestante em início de trabalho de parto tem que passar por vários hospitais da cidade, em busca de uma vaga”, comentou a senadora em seu relatório.

## Frases

“Diante de tudo o que aconteceu aqui, não acredito. Seria um horror que o Congresso Nacional viesse a patrocinar uma pizza”

**Garibaldi Alves**, comentando performance em que deputados exibiram produtos comprados com cartões corporativos.

“Queremos afastar essa idéia de que o PSDB fez acordo com o governo. Queremos apuração de irregularidades, seja no governo Lula ou no de Fernando Henrique (...). Não aceitaremos acordos nem ingerências. Sou favorável a que se investigue até Pedro Álvares Cabral”

**Demostenes Torres**, para quem o Senado tem dado mostras de “maior independência” em relação ao governo.

“A investigação tem de ser feita de qualquer forma. Se o governo se recusa a dividir a presidência com a oposição, dá a impressão de que eles têm muito a esconder. O governo fica agindo na base do Chico Anísio: ‘Sou, mas quem não é?’ (...)”

**Arthur Virgílio**, reforçando disposição do PSDB de presidir a CPI Mista dos Cartões Corporativos.

“Não sou mais uma voz isolada. Alguns líderes da Câmara e do Senado já estão defendendo isso [dar um dos cargos à oposição]”

**Romero Jucá**, confiando em entendimento com a base aliada para ceder um cargo de comando da CPI à oposição.

“O nosso presidente ultrapassou os limites. Foi lamentável defender uma ex-ministra que saiu por erro, por traquinagem”

**Mão Santa**, sobre declaração de Lula de que a ex-ministra Matilde Ribeiro cometeu apenas falha administrativa.

“Isso é uma maldade, uma perversidade. Esqueceram os brasileiros que trabalharam a vida toda pelo país. Dêem cartões corporativos para essa gente que eles não vão gastar com farras”

**Mário Couto**, ao lamentar que projeto que beneficia aposentados esteja desde novembro na CAE.

## Foto da Semana

Cerca de 5 mil pessoas acompanharam o corpo do senador Jonas Pinheiro ao cemitério de sua cidade natal, a matogrossense Santo Antônio de Leverger. Garibaldi Alves também participou do cortejo, após presidir sessão plenária em que os senadores deram adeus ao colega morto na terça-feira da semana passada



JANE ARAÚJO

# As mudanças no Orçamento de 2008 e o cidadão

A apresentação, na semana passada, do relatório final do Orçamento de 2008 pelo deputado José Pimentel (PT-CE) marcou a entrada da matéria na reta final da tramitação no Congresso. Diante disso, o que pode mudar após a aprovação do Orçamento, prevista para o fim do mês? Que

investimentos deixarão de ser feitos pelo governo e o que isso representa para o cidadão? Essas e outras questões serão analisadas no quadro Entrevista Especial do *Conexão Senado*, que terá a participação de parlamentares e especialistas e será transmitido pela Rádio Senado às 12h desta segunda-feira.

## Filme retrata a saga da construção de Brasília

Dando seqüência ao especial "O Brasil e os Brasileiros, por Vladimir Carvalho", a TV Senado exhibe a primeira de duas partes do longa-metragem *Conterrâneos velhos de guerra*. O filme conta a história da chacina de operários num acampamento de uma das empreiteiras responsáveis pela

construção de Brasília. Mostra os canteiros de obra que movimentaram cerca de 50 mil trabalhadores e o descontentamento que terminava por provocar um choque entre a segurança e os operários. O programa será exibido no sábado, às 15h30, e reprisado no domingo, às 15h30 e 21h.

## Professor fala dos museus de ciência

O programa *Senado Ciência* entrevista na quarta-feira, às 8h30, Cássio Laranjeiras, professor de Física da Universidade de Brasília e integrante do comitê executivo para a implantação do Museu de Ciência e Tecnologia de Brasília.

Ele explicará a importância desses centros para a construção da cidadania a partir da difusão do conhecimento. Também vai destacar aos ouvintes da Rádio Senado o esforço para a criação desses espaços de divulgação científica.

## Marcílio Marques Moreira relata sua vida política

O ex-ministro da Fazenda Marcílio Marques Moreira conversa sobre sua vida e participação na vida política e eco-

nômica brasileira no programa *Salão Nobre* que a TV Senado transmite no sábado, às 16h30 e 21h30, com reprise no domingo, às 11h30 e 22h.

Moreira foi secretário na Embaixada do Brasil em Washington, onde exerceu também as funções de diretor do Fundo Monetário Internacional e do Banco Interamericano de Desenvolvimento. Em 1991, tornou-se ministro da Fazenda do governo Collor.



Moreira foi ministro da Fazenda a partir de 1991, durante o governo Collor

## Rádio investiga assentamentos do Incra

Irregularidades apontadas por um ouvinte da Rádio Senado motivaram a edição de um *Fique por Dentro da Lei* sobre as normas que regem a reforma agrária no Brasil. O ouvinte, que preferiu não ser identificado, denunciou fraudes no assentamento Barra Mansa, em Recursolândia (TO), onde mora. Para esclarecer a questão, a equipe do programa da Rádio Senado conversará na terça-feira, às 8h30, com o superintendente do Incra no Tocantins, José Roberto Forzani. Ele falará sobre as supostas irregularidades e explicará como funciona o assentamento de famílias em terras desapropriadas.

## Sugestões para acabar com embargo à carne

O *Senado Economia* entrevista nesta segunda, às 8h30, Roberto Rodrigues, primeiro ministro da Agricultura do governo Lula. Rodrigues é presidente do Conselho de Agricultura da Federação das Indústrias de São Paulo (Fiesp) e coordenador de Agronegócios da Fundação Getúlio Vargas.

O ex-ministro apresentará sugestões para solucionar o impasse entre o Brasil e a União Européia por causa do embargo à carne bovina brasileira.



Roberto Rodrigues

### TV Senado

#### SEGUNDA-FEIRA

1h - Leituras  
1h30 - Conversa de músico  
2h - Especiais  
3h - Inclusão/Diplomacia  
4h - Cidadania Debate  
5h - Cidadania Entrevista  
5h30 - Parlamento Brasil  
6h - Cidadania Debate  
7h - Leituras  
7h30 - Cidadania Entrevista  
8h - Diplomacia/Inclusão  
9h - Parlamento Brasil  
9h30 - Alô Senado  
10h - Especial/Comissões  
12h - Cidadania Entrevista  
12h30 - Direto do Cafezinho  
13h - Cidadania Debate  
13h45 - Senado Agora (ao vivo)  
14h - Plenário (ao vivo)  
18h30 - Senado Agora  
18h45 - Direto do Cafezinho/Comissões (ao vivo)  
19h - Cidadania Debate  
20h - Direto do Cafezinho  
20h30 - Cidadania Entrevista  
21h - Jornal do Senado  
21h30 - Plenário (reapresentação)/Comissões

#### TERÇA A QUINTA-FEIRA

1h - Plenário (reapresentação) ou Comissões (reapresentação)/Cidadania  
5h30 - Alô Senado ou Leituras  
6h - Cidadania Debate  
7h - Direto do Cafezinho  
7h30 - Cidadania Entrevista  
8h - Direto do Cafezinho  
8h15 - Senado Informa/Aconteceu no Senado  
8h30 - Direto do Cafezinho  
8h45 - Senado Informa/Aconteceu no Senado  
9h - Direto do Cafezinho  
9h30 - Comissões (ao vivo)  
13h45 - Senado Agora (ao vivo)  
14h - Plenário (ao vivo)  
18h30 - Senado Agora  
18h45 - Direto do Cafezinho/Comissões (ao vivo)  
19h - Cidadania Debate  
20h - Direto do Cafezinho  
20h30 - Cidadania Entrevista  
21h - Jornal do Senado  
21h30 - Plenário (reapresentação)/Comissões

#### SEXTA-FEIRA

1h - Plenário (reapresentação) ou Comissões (reapresentação)/Cidadania  
5h30 - Parlamento Brasil  
6h - Cidadania Debate  
7h - Direto do Cafezinho  
7h30 - Cidadania Entrevista  
8h - Direto do Cafezinho  
8h15 - Senado Informa/Aconteceu no Senado  
8h30 - Direto do Cafezinho  
8h45 - Senado Informa/Aconteceu no Senado  
9h - Plenário (ao vivo)  
13h45 - Senado Agora (ao vivo)  
14h - Comissões (inéditas) ou reapresentação)  
18h45 - Direto do Cafezinho  
19h - Cidadania Debate  
20h - Direto do Cafezinho  
20h30 - Cidadania Entrevista  
21h - Jornal do Senado Federal  
21h30 - Plenário (reapresentação)/Comissões (inéditas)

#### SÁBADO

1h - Cidadania Debate  
2h - Leituras  
2h30 - Diplomacia  
3h30 - Cidadania Entrevista  
4h - Alô Senado  
4h15 - Ecosenado - Poluição do ar em São Paulo  
4h30 - De coração  
- Exercícios físicos nas doenças cardíacas  
5h - Conversa de Músico  
6h - Cidadania Debate  
7h - Alô Senado (reprise)  
7h15 - Ecosenado (reprise)  
7h30 - Cidadania Entrevista  
8h - De coração (reprise)  
8h30 - TV Brasil Internacional Hecho a Mano  
9h30 - Leituras  
10h - Quem Tem Medo da Música Clássica? Orquestra Cega - Egito  
11h - Parlamento Brasil  
11h30 - Diplomacia  
12h30 - Cidadania Entrevista  
13h - Alô Senado  
13h15 - Ecosenado (reprise)  
13h30 - Cidadania Debate  
14h30 - Conversa de Músico  
15h30 - Mesa Brasileira Gaúchos e Colonos  
16h30 - Especial - Cartas ao País dos sonhos  
17h40 - Cidadania Entrevista  
18h - Quem Tem Medo da Música Clássica? (reprise)  
19h - Cidadania Debate  
19h45 - Alô Senado  
20h - Leituras  
20h30 - Ecosenado (reprise)  
21h - Parlamento Brasil  
21h30 - Especial (reprise)  
22h40 - Diplomacia  
23h30 - De coração (reprise)  
24h - Espaço Cultural - Ópera Poranduba

#### DOMINGO

1h - Cidadania Debate  
2h - Alô Senado  
2h15 - Ecosenado (reprise)  
2h30 - Diplomacia -  
3h30 - Cidadania Entrevista  
-  
4h - Leituras  
4h30 - De coração (reprise)  
5h - Conversa de Músico  
6h - Cidadania Debate  
7h - TV Brasil Internacional (reprise)  
7h30 - Cidadania Entrevista  
8h - Leituras  
8h30 - De coração (reprise)  
9h - Diplomacia  
10h - Quem Tem Medo da Música Clássica? (reprise)  
11h - Alô Senado  
11h15 - Ecosenado (reprise)  
11h30 - Especial  
12h30 - Cidadania Entrevista  
13h - Parlamento Brasil  
13h30 - Cidadania Debate  
14h30 - Espaço Cultural (reprise)  
16h - Mesa Brasileira (reprise)  
17h - Diplomacia  
18h - Quem Tem Medo da Música Clássica? (reprise)  
19h - Cidadania Debate  
19h45 - Conversa de Músico  
20h30 - Leituras  
21h - Mesa Brasileira (reprise)  
22h - Especial (reprise)  
23h10 - Parlamento Brasil  
23h40 - De coração (reprise)  
24h10 - Quem Tem Medo da Música Clássica? (reprise)

#### SÁBADO

8h - Encontros com a Música Brasileira  
9h - Prosa e Verso  
10h - Especial (reprise)  
11h - Música Erudita  
12h - Senado Resumo (reprise)  
13h40 - Música e Informação  
15h - Autores e Livros  
16h - Música do Brasil  
17h - Música e Informação  
18h - Improviso Jazz  
19h - Senado Resumo (reprise)  
20h - Escala Brasileira

#### DOMINGO

8h - Brasil Regional  
9h - Autores e Livros (reprise)  
11h - Música do Brasil  
15h - Música Erudita (reprise)  
16h - Prosa e Verso  
17h - Reportagem Especial (reprise)  
18h - Encontros com a Música Brasileira (reprise)  
20h - Jazz & Tal

### Como sintonizar

**TV A CABO:** NET, TVA e Video Cabo  
**TV POR ASSINATURA:** Sky (canal 118), Directv (217) e Tecsats (17)  
**UHF:** João Pessoa (canal 40), Fortaleza (43), Brasília (canais 36 e 51), Salvador (53), Recife (55), Manaus (57) e São Paulo (64).

**ANTENA PARABÓLICA**  
**Sistema analógico:**  
Satélite - B1  
Transponder - 11 A2 Polarização: Horizontal  
Frequência - 4.130 MHz  
**Sistema digital:**  
Satélite - B1  
Transponder - 1 Banda Estendida, Polarização: Vertical

Frequência - 3.644,4 MHz  
Frequência (Banda - L) - 1.505,75 MHz  
Antena - 3,6 m  
PID - Vídeo: 1110 / Áudio: 1211 / PCR: 1110  
Receptor de Vídeo/Áudio Digital NTSC MPEG-2 DVB  
Symbol Rate - 3,2143Ms/s  
FEC - 3/4

### Rádio Senado

#### TODOS OS DIAS

6h - Matinas  
7h55 - Cidadania Dia-a-dia  
21h50 - Cidadania Dia-a-dia (reprise)

#### DE SEGUNDA A SEXTA-FEIRA

7h - Crônicas Musicais  
7h10 - Música e Informação  
8h - Senado Notícias  
8h30 - Plenário em Destaque  
19h - Voz do Brasil  
19h30 - Jornal do Senado  
20h - Música e Informação  
21h - Crônicas Musicais (reprise)  
21h10 - Música e Informação  
22h - Senado Notícias  
24h - Música e Informação

#### DE SEGUNDA A QUINTA-FEIRA

14h - Plenário (ao vivo)

#### DE TERÇA A SEXTA-FEIRA

9h - Senado Repórter  
10h - Comissões (ao vivo)  
13h40 - Senado Notícias

#### SÁBADO E DOMINGO

7h - Música e Informação  
9h30 - Música e Informação  
21h - 180 Anos do Senado  
22h - Música e Informação

#### SEGUNDA-FEIRA

9h - Senado Resumo  
10h - Senado Notícias (reprise)  
11h - Senado Resumo (reprise)  
12h - Conexão Senado  
13h40 - Senado Notícias  
23h - Brasil Regional (reprise)

#### TERÇA-FEIRA

23h - Jazz & Tal (reprise)

#### QUARTA-FEIRA

23h - Música do Brasil (reprise)

#### QUINTA-FEIRA

23h - Escala Brasileira (reprise)

#### SEXTA-FEIRA

9h - Plenário (ao vivo)  
12h - Música e Informação  
13h40 - Senado Notícias  
14h - Música e Informação  
18h - Senado Resumo  
20h - Reportagem Especial  
23h - Improviso Jazz (reprise)

### Como sintonizar

**FM**  
Frequência de 91,7MHz, em Brasília e regiões vizinhas  
**ONDAS CURTAS**  
Frequência de 5990 KHz, na faixa de 49 metros no Norte, Nordeste, Centro-Oeste e norte de MG  
**INTERNET**  
No endereço [www.senado.gov.br/radio](http://www.senado.gov.br/radio), por meio do Real Player ou Windows Media Player  
**ANTENA PARABÓLICA**  
Aponte a antena para o satélite Brasilsat B1 e ajuste o receptor na frequência 4.130 MHz; polarização: horizontal; e transponder - 11 A2

## SENADO



Tuma e Claudia Lyra na primeira reunião do grupo encarregado de tornar mais racional o Sistema de Informação Legislativa do Senado

## Comissão irá modernizar sistema de informações

Uma comissão especial que ficará encarregada de atualizar e modernizar o Sistema de Informação Legislativa do Senado foi instalada na semana passada. O grupo, composto por servidores de vários órgãos da instituição, terá um prazo de 120 dias para apresentar um relatório final ao presidente do Senado, Garibaldi Alves Filho, contendo um diagnóstico do setor e propostas para melhorar o sistema atual.

Na primeira reunião do grupo, a secretária-geral da Mesa, Claudia Lyra, afirmou que Garibaldi tem tomado várias medidas para modernizar o processo legislativo, envolvendo tanto a parte política quanto o sistema de informação. “É uma nova etapa do processo legislativo eletrônico dentro do Senado. E é também um trabalho

de cidadania, porque a informação vai ser facilitada para todos os que dela tiverem necessidade”, afirmou.

Na opinião do senador Romeu Tuma (PTB-SP), o novo sistema vai permitir que o eleitor fiscalize melhor o trabalho do parlamentar que ajudou a eleger.

O presidente da comissão, José Roberto Leite de Matos, disse que cada órgão do Senado, hoje, tem seus próprios dados e sistemas. Com isso, muitas vezes há vários setores fazendo o mesmo trabalho, sem integração com outros.

– A iniciativa irá permitir uma maior integração entre os diversos órgãos da Casa, visando otimizar os bancos de dados existentes e gerar maior racionalidade de tudo o que é feito de forma informatizada no Senado – destacou.

## Inscrições para cursos do ILB terminam nesta segunda

Encerra-se nesta segunda o prazo para as pré-matrículas aos cursos de educação a distância com tutoria do Instituto Legislativo Brasileiro (ILB). São oito cursos com carga horária entre 60 e 80 horas, oferecidos aos servidores dos legislativos federal, estadual, municipal e distrital, e, caso haja disponibilidade de vagas, à população em geral.

Os cursos são: Doutrinas Políticas Contemporâneas, Licitação e Contratos Administrativos, Direito Eleitoral, Introdução às Relações Internacionais I e II,

Gestão Administrativa no Setor Público, Economia Descomplicada e Fundamentos de Integração Regional: o Mercosul.

As aulas terão início em 17 de março e encerram-se em 30 de junho. Os interessados devem preencher a ficha de pré-inscrição no site [www.senado.gov.br/ilb](http://www.senado.gov.br/ilb). Em seguida, os candidatos passam por um processo de seleção para o preenchimento de 1.100 vagas no primeiro semestre.

Os cursos sem tutoria não têm prazo para inscrição e estão permanentemente abertos.

## Presidência

A questão dos precatórios judiciais foi o principal assunto discutido entre o presidente do Senado, Garibaldi Alves, e o governador de São Paulo, José Serra, em reunião na semana passada. Atendendo a apelo do governador, o senador disse que trabalhará para agilizar a tramitação de proposta de emenda à Constituição sobre o assunto. A PEC 12/06, à qual estão apensadas outras seis proposições, tramita na Comissão de Justiça (CCJ) e determina que os recursos aplicados no pagamento de precatórios serão equivalentes, no mínimo, a 3% da despesa primária líquida do ano anterior para a União, os estados e o DF, e de 1,5% da mesma despesa e no mesmo período para os municípios.



GILBERTO MARQUES/GOVERNO DE SÃO PAULO

Na última quarta-feira, Garibaldi Alves Filho participou da posse do ministro Edson Santos na Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial. Edson Santos é deputado federal e assume o lugar de Matilde Ribeiro, que renunciou ao cargo após denúncias de uso irregular de cartão corporativo.

Em discurso durante a cerimônia, o presidente

Lula anunciou que editou uma medida provisória (MP) transformando a Secretaria da Igualdade Racial em ministério. Também estiveram presentes à solenidade o presidente da Câmara dos Deputados, Arlindo Chinaglia, os senadores Ideli Salvatti (PT-SC), João Pedro (PT-AM), Paulo Paim (PT-RS), Francisco Dornelles (PP-RJ) e Marcelo Crivella (PRB-RJ), entre outros.



LEOPOLDO SILVA

O presidente da Confederação Brasileira de Futebol (CBF), Ricardo Teixeira, visitou Garibaldi Alves Filho na semana passada, presenteando-o com uma camiseta e um agasalho oficial da Seleção Brasileira, e com o livro *Anuário do futebol brasileiro*.

A camiseta foi autografada por todos os jogadores da Seleção Brasileira que disputaram a última partida com a Irlanda.

Garibaldi devolveu a gentileza, presenteando o presidente da CBF com uma bandeja de prata.



JANE ARAÚJO

## Embaixadora da Noruega visita o presidente do Senado

A embaixadora da Noruega no Brasil, Turid B. Rodrigues, acompanhada do representante brasileiro naquele país, Sérgio Moreira Lima, visitou Garibaldi Alves, com quem conversou sobre a ampliação das relações comerciais entre os dois países. Na ocasião, ela disse que a Noruega tem mais de cem empresas instaladas no Brasil e que os dois países são importantes parceiros em energia, petróleo e indústria naval.

## Garibaldi é convidado a discursar para vereadores

A União dos Vereadores do Brasil (UVB) convidou Garibaldi Alves para discursar no Encontro Nacional de Presidentes e Integrantes das Mesas Diretoras das Câmaras Municipais. O presidente da UVB, Bento Batista da Silva, disse que o presidente do Senado aceitou o convite. O encontro será realizado nos dias 5 e 6 de março, com o apoio da Confederação Nacional dos Municípios (CNM) e da Escola Brasileira de Gestão Pública (EGP).

## MESA DO SENADO FEDERAL

**Presidente:** Garibaldi Alves Filho  
**1º Vice-Presidente:** Tião Viana  
**2º Vice-Presidente:** Alvaro Dias  
**1º Secretário:** Efraim Moraes  
**2º Secretário:** Gerson Camata  
**3º Secretário:** César Borges  
**4º Secretário:** Magno Malta  
**Suplentes de Secretário:** Papatéo Paes, Antônio Carlos Valadares, João Claudino de Flexa Ribeiro  
**Diretor-Geral do Senado:** Agaciel da Silva Maia  
**Secretária-Geral da Mesa:** Claudia Lyra

## JORNAL DO SENADO

**Diretor da Secretaria Especial de Comunicação Social:** Helival Rios  
**Diretora de Jornalismo:** Maria da Conceição Lima Alves  
**Diretor do Jornal do Senado:** Davi Emerich (61) 3311-3333  
**Editor-chefe:** Flávio Faria  
**Edição:** Djalba Lima, Eduardo Leão, Edson de Almeida, Janaína Araújo, José do Carmo Andrade, Juliana Steck, Suely Bastos e Valter Gonçalves Júnior.  
**Reportagem:** Cintia Sasse, João Carlos Teixeira, Mikhail Lopes, Paula Pimenta, Sylvio Guedes e

Thâmara Brasil.

**Diagramação:** Iracema F. da Silva, Henrique Eduardo, Osmar Miranda, Bruno Bazílio e Sergio Luiz Gomes da Silva

**Revisão:** Eny Junia Carvalho, Lindolfo do Amaral Almeida e Miquéas D. de Moraes

**Tratamento de Imagem:** Edmilson Figueiredo e Humberto Sousa Lima

**Arte:** Cirilo Quartim

**Arquivo Fotográfico:** Elida Costa (61) 3311-3332

**Circulação e Atendimento ao leitor:** Shirley Velloso Alves (61) 3311-3333

**Agência Senado**

**Diretora:** Valéria Ribeiro (61) 3311-3327

**Chefia de reportagem:** Denise Costa e Moisés de Oliveira (61) 3311-1670  
**Edição:** Rafael Faria e Rita Nardelli (61) 3311-1151

**www.senado.gov.br/jornal**  
**E-mail:** [jornal@senado.gov.br](mailto:jornal@senado.gov.br)  
**Tel.:** 0800 61-2211 - Fax: (61) 3311-3137  
**Endereço:** Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar 70165-920 Brasília (DF)

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado em conjunto com a equipe de jornalistas da Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações

# Celular: olho nas regras

Desde a última quarta-feira, 13, o serviço de comunicação por celular tem novo regulamento, estabelecido pela Agência

Nacional de Telecomunicações (Anatel). Veja o que muda e como exigir o cumprimento das regras.

## Regulamento foi baseado nas reclamações dos assinantes

Nos últimos cinco anos, o número de usuários aumentou 277%, mas as queixas cresceram em maior proporção, segundo os Procons

Item	Antes	Agora
<b>Atendimento</b>	Os atendentes das centrais de <i>call center</i> eram praticamente a única maneira de entrar em contato com as operadoras	As operadoras têm até 2010 para instalar pelo menos um ponto de atendimento físico em regiões com mais de 200 mil habitantes, e quatro anos para fazer o mesmo naquelas com mais de 100 mil habitantes. Nas regiões com menos de 100 mil habitantes, as lojas que hoje apenas habilitam celular também receberão pedidos de rescisão de contrato. Os endereços
<b>Carência de plano pós-pago</b>	O cliente era obrigado a permanecer dentro de um plano por determinado período e sofria penalidades caso antecipasse sua saída	O cliente que comprar o celular pelo valor real deve recebê-lo desbloqueado e não precisa cumprir período de carência para deixar a operadora ou mudar de plano. Em caso de compra subsidiada ou de serviço promocional, a operadora pode exigir que o assinante fique
<b>Chamadas de emergência</b>	Era cobrado o <i>roaming</i>	Chamadas para serviços públicos de emergência (polícia, bombeiros, remoção de doentes e defesa civil) devem ser gratuitas inclusive para
<b>Cobrança indevida</b>	A operadora era obrigada a devolver o valor reajustado	As operadoras devem enviar as ligações feitas há mais de 60 dias em conta separada e negociar com o assinante o pagamento. Em caso de cobrança indevida, a operadora deve
<b>Comparação entre planos pós-pagos</b>	Não havia essa opção	O assinante tem direito a receber gratuitamente, uma vez a cada seis meses, uma comparação entre seu plano de serviços atual e outros planos
<b>Créditos para pré-pagos</b>	Perdiam a validade após prazo estipulado pelas operadoras	A operadora pode oferecer créditos com qualquer validade, mas é obrigada a ter as opções de 90 e 180 dias. Os créditos de maior
<b>Inadimplência de linha pós-paga</b>	O telefone era cortado 15 dias após o vencimento da conta	O telefone fica impedido de fazer chamadas 15 dias após o vencimento da fatura - exceto para chamadas de emergência, a cobrar ou gratuitas. Após 30 dias, deixa de receber ligações e a operadora suspende a cobrança dos serviços.
<b>Mensagens de texto</b>	Não havia regras sobre prazo para o envio de mensagens	As mensagens devem ser entregues em até 60 segundos. Em caso de falha, a operadora deve
<b>Rescisão de contrato</b>	Deveria ser feita em até 24 horas. Mas, se a operadora não rescindisse nesse prazo, as chamadas eram cobradas	A operadora tem até 12 horas para enviar ao assinante, por mensagem de texto, o número do protocolo do pedido de rescisão. O celular deve ser desabilitado até 24 horas após o recebimento do pedido, havendo ou não débitos (esses prazos
<b>Suspensão do serviço</b>	Não havia essa opção	O assinante pode pedir a suspensão do serviço uma vez por ano, de 30 a 120 dias. Tanto a

## Como fazer valer os seus direitos

De acordo com a Anatel, em cinco anos os usuários de celulares passaram de 32 milhões para quase 130 milhões - um crescimento de 277%. Já as reclamações cresceram muito mais. Entre 2005 e 2006, o Procon de São Paulo, por exemplo, registrou um aumento de 349% no número de queixas relativas

a uma única empresa.

O novo regulamento pretende ser uma resposta a essas reclamações e, segundo a Anatel, deverá vir acompanhado de maior rigor na fiscalização. No entanto, é preciso continuar atento e exigir o cumprimento das regras. Veja como:

1. O primeiro passo é dirigir-se à operadora, tendo em mãos todos os dados do telefone (número do contrato etc.)

b) arquite a correspondência ou e-mail em que fez a solicitação/reclamação e a resposta com o número de protocolo

2. Informe-se sobre o prazo legal em que seu pedido deve ser atendido, consultando o seu contrato e os regulamentos da Anatel

4. Não resolvida a questão, registre queixa na Anatel (veja endereços ao lado), informando os dados da reclamação junto à operadora e guardando também os dados da Anatel

a) registre data e hora da ligação e o nome completo e matrícula do atendente, em caso de telefonema

c) exija o protocolo em caso de comparecimento a um posto de atendimento

3. Ainda sem solução? Procure o Procon da sua cidade ou região, de posse de todos os dados e documentos

5. Em último caso, recorra à Justiça

## Saiba mais

**Normas e regulamentos para telefonia:**  
Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel)  
[www.anatel.gov.br](http://www.anatel.gov.br)

### Como contatar a Anatel

Correspondência - Assessoria de Relações com o Usuário (ARU)  
SAUS quadra 6, bloco F, 2º andar  
Brasília (DF) - CEP 70070-940  
Por telefone - 0800-33 2001

Na internet - [sistemas.anatel.gov.br/focus/FaleConosco/validarUsuario.asp](http://sistemas.anatel.gov.br/focus/FaleConosco/validarUsuario.asp)

Pessoalmente - veja relação de endereços na página [www.anatel.gov.br/Portal/exibirPortalInternet.do#](http://www.anatel.gov.br/Portal/exibirPortalInternet.do#)

### Serviços de Proteção e Defesa do Consumidor (Procons)

Veja onde estão em todo o país no *Especial Cidadania* 199, de 17/12/2007  
[www.senado.gov.br/comunica/agencia/cidadania/dir\\_consumidor\\_natal/not06.htm](http://www.senado.gov.br/comunica/agencia/cidadania/dir_consumidor_natal/not06.htm)